CONTRATO

Processo SEI nº 154.00008136/2025-99
Pregão Eletrônico nº 90003/2025 - PRODESP
Contrato nº 55/2025-STI

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A EMPRESA VERNET COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA. OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE PARA AMBIENTES DE REDE LOCAL, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, HANDS-ON E GARANTIA ON-SITE PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, com sede na Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã - Cidade Universitária, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 63.025.530/0060-64, neste ato representada por seu **Superintendente de Tecnologia da Informação, Prof. Dr. João Eduardo Ferreira**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8.321/2024 e alterações posteriores, portador da identificação funcional nº **827412**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **VERNET COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.860.761/0002-43**, sediado(a) no Rua Urussuí, Nº 300, 11º andar, conj. 112, Ed. Joviano de Morais - Itaim Bibi, CEP 04542-903, São Paulo/SP, doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por Alexandre Napoli França / Diretor, inscrito(a) no CPF sob o nº **505.676.161-34**, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE PARA AMBIENTES DE REDE LOCAL, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, HANDS-ON E GARANTIA ON-SITE PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES,** conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**1**	Switch de Núcleo Tipo 1	618666	23	R$ 128.714,00	R$ 2.960.422,00
2	**5**	Switch de Núcleo Tipo 3	618765	91	R$ 88.775,00	R$ 8.078.525,00
3	**7**	Switch de Agregação Tipo 4	618767	82	R$ 49.061,00	R$ 4.023.002,00
4	**9**	Switch de Agregação Tipo 5	618769	74	R$ 60.361,00	R$ 4.466.714,00
5	**11**	Switch de Agregação Tipo 6	618771	11	R$ 85.219,00	R$ 937.409,00
6	**17**	Switch de Acesso Tipo 9	618777	175	R$ 15.062,00	R$ 2.635.850,00
7	**19**	Switch de Acesso Tipo 10	618779	621	R$ 22.000,00	R$ 13.662.000,00
8	**21**	Ferramenta de Gerência LAN	618979	8	R$ 100.000,00	R$ 800.000,00
9	**23**	Expansão Gerência 50 licenças	481646	13	R$ 10.000,00	R$ 130.000,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. Proposta Comercial do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto realizado será com entrega imediata.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados da **data de assinatura do último signatário do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O **valor total** da contratação é de **R$ 37.693.922,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e vinte e dois reais),** de acordo com as quantidades e preços indicados/estimados na **CLÁUSULA PRIMEIRA**.

5.2. No valor acima estão incluídas, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes observará as disposições da Portaria GR nº 8249/2023, anexa a este contrato:

6.1.1. Nas contratações de fornecimento de bens, prestação de serviços e execução de obras em que a Universidade figure como contratante, o prazo de pagamento não deve ser inferior a 28 (vinte e oito) dias corridos.

6.1.2. Os prazos de pagamentos serão contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório, assim considerando:

I. O recebimento de produtos e serviços no local de entrega, para posterior conferência; ou

II. a medição de fornecimentos de produtos ou serviços prestados em determinado período, conforme especificado em contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

6.1.2.1. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

6.1.2.2. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

6.1.2.3. Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

6.1.3. Os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida pelo Decreto nº 62.867/2017, de 03/10/2017, excetuando-se:

I. as situações diferentemente regidas por previsões constitucionais e legais, bem como por determinações judiciais e contratuais que obriguem a manutenção dos recursos em outras instituições financeiras;

II. pagamentos para credores eventuais e não correntistas, de valor até 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP's).

6.1.3.1. Situações de inviabilidade de processamento do pagamento pelo Banco do Brasil S.A. deverão ser minuciosamente justificadas pela Unidade ou Órgão contratante.

6.1.4. É vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros;

6.1.5. A existência de registro no CADIN Estadual constitui impedimento à efetivação do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008, combinado com o artigo 7º, § 1º, do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

6.1.6. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis à empresa contratada, o valor devido será atualizado pelo IPC-FIPE na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

6.1.6.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas nos contratos, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

6.1.6.2. O pagamento da atualização financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC - FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e a documentação que o integra.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas do **CONTRATADO**.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO.**

8.1.5. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **10 (dez) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **10 (dez) dias,** a contar da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo, por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o **CONTRATANTE**.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.4. Comunicar ao **CONTRATANTE**, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e correspondente pedido de prorrogação, nos termos do art. 6º da Resolução USP nº 8.548/2023.

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.11. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, quando aplicável.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

9.1.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável.

9.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o **CONTRATADO** que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato.

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa** aplicada e calculada nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.

11.2.1. A aplicação da multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este documento.

11.2.2. A aplicação das multas será realizada conforme o disposto a seguir, nos termos da Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.

II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

b) A multa moratória, é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

III. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

IV. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.

~~c)~~ A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

11.12. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

11.13. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

11.13.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis).

11.13.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

11.13.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (http://www.esancoes.sp.gov.br).

11.13.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 84 – Superintendência de Tecnologia da Informação
II. Fonte de Recursos: 1 – Tesouro do Estado
III. Programa de Trabalho: 12-122-4807-6351
IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.90 e 4.4.90.52.20
V. Plano Interno: Apoio Técnico Administrativo do Ensino Superior
VI. Nota de Empenho: 05345730/2025 e 05345749/2025

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente,

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, ca*put,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Prof. Dr. João Eduardo Ferreira
Representante legal do **CONTRATANTE**

ALEXANDRE NAPOLI FRANCA:50567616134
Assinado de forma digital por ALEXANDRE NAPOLI FRANCA:50567616134
Dados: 2025.09.26 15:39:06 -03'00'

Sr. Alexandre Napoli França
Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

ADRIANA CARVALHO ASSUNCAO:17711204876
Assinado de forma digital por ADRIANA CARVALHO ASSUNCAO:17711204876
Dados: 2025.09.26 14:29:16 -03'00'

Adriana Carvalho Assunção
P/ **CONTRATANTE**

MARCELA PINHO DE OLIVEIRA ANDRADE:81195028172
Assinado de forma digital por MARCELA PINHO DE OLIVEIRA ANDRADE:81195028172
Dados: 2025.09.26 15:42:12 -03'00'

Marcela Pinho de Oliveira Andrade
P/ **CONTRATADO**

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Anexo I

D.O.E.: 14/12/2023
RESOLUÇÃO Nº 8548, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023
Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133/2021, e revoga a Resolução nº 7601/2018.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, I e IX, do Estatuto, e tendo em vista o deliberado pela Comissão de Legislação e Recursos, em sessão realizada em 29 de novembro de 2023 e pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, em sessão realizada em 05 de dezembro de 2023, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – A violação das regras estabelecidas em editais de licitação e o descumprimento de contratos de fornecimento de bens, execução de obras e prestação de serviços em que a Universidade de São Paulo figure como contratante pode ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas ao particular, nos termos dos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133/2021:

I – advertência;
II – multas:
a) cominatória;
b) moratória; e
c) por inexecução total ou parcial do contrato;
III – impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos; e
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º – Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
§ 2º – Os contratos poderão prever outras multas específicas, tendo em vista as peculiaridades do objeto contratado.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

§ 3º – Os instrumentos convocatórios, contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência expressa à presente Resolução, inclusive nas hipóteses de contratação direta.

Da advertência e das multas

Artigo 2º – A advertência é aplicável em caso de inexecução parcial da obrigação principal ou de obrigações acessórias, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Artigo 3º – A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

Artigo 4º – A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

Artigo 5º – A multa moratória é aplicável quando o contratado, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

§ 1º – A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:
I – na data fixada no instrumento contratual; ou
II – na data de assinatura do instrumento contratual ou da retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não fixado outro prazo.
§ 2º – Os prazos de entrega ou execução serão contados em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

Artigo 6º – Cabe ao contratado solicitar, previamente ao término do prazo, a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

Parágrafo único – As justificativas serão apreciadas pela autoridade competente para celebrar o contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução.

Artigo 7º – Vencido o prazo de entrega ou execução, a autoridade competente para celebrar o contrato poderá:

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

I – aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória; ou
II – justificar o desinteresse no recebimento dos bens e/ou serviços em atraso, hipótese em que restará caracterizada a inexecução contratual.

Parágrafo único – Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, exceto quando a autoridade competente para celebrar o contrato justificar a vantagem para a Administração na manutenção do contrato.

Artigo 8º – A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

§ 1º – A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso.
§ 2º – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 9º – A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao contratado a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

Parágrafo único – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Universidade, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa por inexecução.

Artigo 10 – As multas serão calculadas com base no valor vigente à época da inexecução e, posteriormente, atualizadas pela variação do IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 11 – As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

Das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a Administração

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Artigo 12 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos, é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único – A duração da sanção será definida à luz dos critérios mencionados no § 1º, do art. 1º, desta Resolução, mediante justificativa baseada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observado o prazo máximo de 3 (três) anos.

Artigo 13 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo 12 acima.

Parágrafo único – A duração da sanção será definida à luz dos critérios mencionados no § 1º, do art. 1º, desta Resolução, mediante justificativa baseada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 14 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

Do procedimento sancionatório – Disposições Gerais

Artigo 15 – A aplicação das sanções previstas nesta Resolução não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Artigo 16 – A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Resolução, bem como a extinção do contrato, quando cabível, serão precedidas do devido procedimento administrativo legal, destinado ao pleno exercício do contraditório e ampla defesa.

Artigo 17 – O procedimento sancionatório terá início com a intimação do particular por via postal com aviso de recebimento (AR), ou por qualquer meio que permita comprovar o inequívoco recebimento da intimação.

§ 1º – Considera-se inequivocamente recebida a intimação encaminhada por correspondência eletrônica, quando houver confirmação de recebimento.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

§ 2º – Quando o particular sujeito à sanção não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, ele será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado.
§ 3º – O particular é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

Artigo 18 – A intimação inicial deverá conter, entre outros, os seguintes elementos essenciais:

I – descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;
II – possibilidade de caracterização de inexecução contratual e extinção do contrato, se pertinente;
III – indicação das sanções administrativas cabíveis, com indicação dos respectivos fundamentos normativos;
IV – retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade, se pertinente; e
V – previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados nesta Resolução.

Artigo 19 – São competentes para aplicar as sanções administrativas disciplinadas nesta Resolução:

I – a autoridade competente para celebrar o contrato, em relação às sanções de:
a) advertência;
b) multas; e
c) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo;

II – o Reitor, em relação à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Artigo 20 – Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica, os autos poderão ser encaminhados à Procuradoria Geral para análise e manifestação.

Artigo 21 – A decisão da autoridade competente será publicada na Imprensa Oficial e o interessado será intimado, nos termos do procedimento pertinente ao caso concreto.

§ 1º – Nos casos de aplicação de sanção de advertência, bem como das multas previstas no artigo 1º, inciso II, alíneas "a" e "b", fica dispensada a publicação mencionada no caput.
§ 2º – Conforme o caso, o desfazimento do ajuste e a aplicação das penalidades cabíveis serão formalizados por meio de Termo de Rescisão Unilateral, cujo extrato será veiculado nos termos do caput.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Artigo 22 – Para fins de publicidade, as sanções aplicadas pela Universidade deverão ser incluídas nos pertinentes cadastros de sanções administrativas, em especial:

a) Sistema Eletrônico de Registro de Sanções Administrativas em vigor;
b) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); e
d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

Parágrafo único – Deverá o órgão/setor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade, em especial no Ceis e no Cnep.

Do procedimento para aplicação da pena de Advertência e/ou Multa

Artigo 23 – Verificada a situação que enseja a aplicação de advertência e/ou multa, o particular será intimado a apresentar sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo único – A intimação deverá prever os elementos previstos no artigo 18 desta Resolução, incluindo os valores referentes à multa aplicável ao caso.

Artigo 24 – Juntamente com sua defesa, o particular deverá apresentar todas as provas de suas alegações.

Artigo 25 – O procedimento será conduzido pelo gestor do contrato nos autos da respectiva contratação, cabendo à autoridade competente para celebrar o contrato analisar as alegações do particular e decidir motivadamente a respeito da aplicação da penalidade.

Artigo 26 – O particular será intimado da decisão, devendo constar da intimação:
a) a possibilidade de interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o recolhimento da multa calculada, quando aplicada.

Artigo 27 – O recurso de que trata a alínea "a" do artigo anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Artigo 28 – O recurso terá efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Do procedimento para aplicação das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a Administração

Artigo 29 – A aplicação das sanções de impedimento para licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública tramitará em procedimento específico, por meio de processo de responsabilização, instaurado por determinação da autoridade competente para celebrar o contrato, que designará comissão encarregada da condução do procedimento.

Parágrafo único – A comissão a que se refere o caput será composta por 2 (dois) ou mais servidores do quadro permanente da Unidade ou Órgão, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço na Universidade.

Artigo 30 – Verificada a situação que enseja a aplicação das sanções indicadas no artigo 27, a comissão deverá avaliar os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o particular para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º – A comissão poderá, mediante decisão fundamentada, indeferir provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§ 2º – Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o particular poderá apresentar suas alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Artigo 31 – Transcorrido o prazo para apresentação da defesa prévia e finalizada a instrução, a comissão elaborará seu relatório final, no qual analisará as alegações e provas apresentadas pelo particular e opinará a respeito da caracterização da infração contratual e das penalidades cabíveis.

Artigo 32 – O relatório final será apresentado à autoridade competente, que apreciará o procedimento e, em despacho fundamentado, deliberará a respeito da aplicação das sanções inicialmente previstas.

Parágrafo único – Quando proposta a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o processo será previamente encaminhado à Procuradoria Geral da Universidade para análise jurídica, após a qual deverá ser encaminhado ao Reitor, autoridade competente para deliberar sobre a aplicação da referida sanção.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Artigo 33 – O particular será intimado da decisão, devendo constar da intimação:

a) da aplicação da sanção de impedimento para licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, a possibilidade de interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação;
b) da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação;
c) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o recolhimento da multa calculada, quando aplicada.

§ 1º – O recurso de que trata a alínea "a" será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
§ 2º – O pedido de reconsideração de que trata a alínea "b" será dirigido ao Reitor, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Artigo 34 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 35 – A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o artigo 27 desta Resolução;
II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
III – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Disposições finais e transitórias

Artigo 1º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo aplicável às licitações e contratações efetivadas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 2º – Revoga-se, em 30 de dezembro de 2023, a Resolução nº 7601/2018.

Artigo 3º – As contratações celebradas sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei nº 10.520/2002 permanecem sujeitas ao regramento da Resolução nº 7601/2018. (Proc. 2023.1.9841.1.0)

Reitoria da Universidade de São Paulo, 13 de dezembro de 2023.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR
Reitor

MARINA GALLOTTINI
Secretária Geral

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Anexo II

D.O.E.: 14/12/2023
PORTARIA GR Nº 8249, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023
Dispõe sobre as condições de pagamento nas contratações de fornecimento de bens, prestação de serviços e execução de obras em que a Universidade figure como contratante e revoga a Portaria GR nº 4710/2010.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art 42, I, do Estatuto, baixa a seguinte

***PORTARIA**:*

Artigo 1º – Nas contratações de fornecimento de bens, prestação de serviços e execução de obras em que a Universidade figure como contratante, o prazo de pagamento não deve ser inferior a 28 (vinte e oito) dias corridos.

Parágrafo único – O prazo fixado no caput poderá ser reduzido para até 7 (sete) dias corridos, mediante justificativa, nas contratações diretas resultantes de dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 2º – O Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE poderá autorizar pagamentos em prazos inferiores aos fixados no artigo 1º, desde que a Unidade ou Órgão contratante justifique a impossibilidade de pagamento nos prazos estabelecidos.

Artigo 3º – Em hipóteses absolutamente excepcionais, o Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE (ou seu substituto) poderá autorizar a antecipação do pagamento, mediante justificativa da Unidade ou Órgão contratante que demonstre:

I. a sensível economia de recursos para a Universidade resultante da antecipação do pagamento; ou
II. tratar-se de condição indispensável para a aquisição do bem ou serviço.

Parágrafo Único – A Unidade ou Órgão contratante também deverá se manifestar sobre o cabimento de prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, bem como será exigido compromisso de devolução proporcional dos valores pagos antecipadamente em caso de rescisão do contrato ou não cumprimento das obrigações assumidas.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Artigo 4º – Além da caracterização das situações que permitem a redução do prazo ou a antecipação do pagamento, conforme artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria, a justificativa deverá analisar a vantagem para a Universidade e o eventual aumento dos riscos de descumprimento do contrato.

Artigo 5º – Os prazos de pagamentos serão contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório, assim considerando:

I. o recebimento de produtos e serviços no local de entrega, para posterior conferência; ou
II. a medição de fornecimentos de produtos ou serviços prestados em determinado período, conforme especificado em contrato.

§ 1º – Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
§ 2º – Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
§ 3º – Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Artigo 6º – Os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida pelo Decreto nº 62.867/2017, de 03/10/2017, excetuando-se:

I. as situações diferentemente regidas por previsões constitucionais e legais, bem como por determinações judiciais e contratuais que obriguem a manutenção dos recursos em outras instituições financeiras;
II. pagamentos para credores eventuais e não correntistas, de valor até 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP's).

Parágrafo Único – Situações de inviabilidade de processamento do pagamento pelo Banco do Brasil S.A. deverão ser minuciosamente justificadas pela Unidade ou Órgão contratante.

Artigo 7º – Deverão constar dos editais, contratos, notas de empenho, autorizações de fornecimento e ordens de execução de serviços emitidas pela Universidade as seguintes condições obrigatórias:

I. vedação à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros;

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

II. previsão de que a existência de registro no CADIN Estadual constitui impedimento à efetivação do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008, combinado com o artigo 7º, § 1º, do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

Artigo 8º – Em observância ao disposto no artigo 141 da Lei nº 14.133/2021 e nas Instruções do Tribunal de Contas do Estado, impõe-se o rigoroso cumprimento dos prazos de pagamento das despesas, ficando vedados os pagamentos com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

§ 1º – A eventual alteração da ordem cronológica a que se refere o caput deste artigo, exclusivamente nas situações previstas no § 1º do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser previamente justificada pela Unidade ou Órgão contratante, publicada e posteriormente comunicada ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos de regulamentação própria.
§ 2º – A inobservância injustificada das disposições constantes deste artigo ensejará a responsabilização dos agentes responsáveis, nas esferas administrativa, civil e criminal.

Artigo 9º – Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis à empresa contratada, o valor devido será atualizado pelo IPC-FIPE na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

§ 1º – Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas nos contratos, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
§ 2º – O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.

Artigo 10 – A instrução do processo quanto ao pagamento deverá contemplar a nota de empenho, a documentação fiscal (nota fiscal e demais documentos exigíveis), o atestado de recebimento datado e assinado pelo responsável, com a indicação de seu nome e número funcional, e a respectiva liquidação da despesa.

Artigo 11 – A presente Portaria não se aplica às despesas feitas em regime de adiantamento, com recursos provenientes de convênios e aos pagamentos de serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.

Artigo 12 – Os prazos e procedimentos fixados nesta Portaria também se aplicam às contratações em que o instrumento contratual for substituído por outro instrumento hábil, nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Artigo 13 – O Departamento de Finanças da CODAGE poderá expedir instruções operacionais complementares.

Artigo 14 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º – Revoga-se, em 30 de dezembro de 2023, a Portaria GR n 4710, de 25.02.2010.
§ 2º – As contratações de fornecimento de bens, prestação de serviços e execução de obras celebradas sob a égide da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520/2002 permanecem sujeitas, até o fim de sua vigência, às condições de pagamento previstas na Portaria GR nº 4710, de 25.02.2010.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 12 de dezembro de 2023.

CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR
Reitor

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Prodesp

Governo do Estado de São Paulo
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Coordenadoria Prodesp LAB

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº do Processo: 359.00010258/2024-31

Interessado: Secretaria de Gestão e Governo Digital

Assunto: Apoio CLBP

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO FUTURA DE SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE PARA AMBIENTES DE REDE LOCAL

ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRODESP E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

REL.CPLB.091.2024 v1.2

PREÂMBULO

CONTEÚDO DO ANEXO I

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA: fornece as especificações técnicas mínimas necessárias às quais o produto ou serviço ofertado pela proponente deverá obrigatoriamente atender.

ANEXO I-A – DECLARAÇÃO DE PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS: o Anexo I-A deverá ser entregue assinado pelo representante legal, conforme disposto no Contrato Social ou Estatuto, com carimbo ou identificação da assinatura, utilizando preferencialmente este Anexo. Qualquer observação de âmbito técnico deverá ser feita apenas no Anexo I-A.

ANEXO I-B – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, LOCAIS DE ENTREGA E QUANTITATIVOS: fornece a relação de todos os órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, bem como distribuição da quantidade de cada item por Órgão.

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de Solução de Conectividade para Ambientes de Rede Local, com serviços de instalação, configuração, hands-on e garantia on-site pelo período de 60 (sessenta) meses.

1.2. **Tipo e modalidade da licitação**

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

1.2.1. A contratação do objeto pretendido se refere a bens e serviços comuns, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de Menor Preço Global em Lote Único, nos termos da Lei vigente e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Modelo	Item CONTABILIZA	Item CATMAT
1	Switch de Núcleo – Tipo 1 - Região Metropolitana	6407617	618666
2	Switch de Núcleo – Tipo 1 - Interior	6407633	618761
3	Switch de Núcleo – Tipo 2 - Região Metropolitana	6407897	618763
4	Switch de Núcleo – Tipo 2 - Interior	6407900	618764
5	Switch de Núcleo – Tipo 3 - Região Metropolitana	6407927	618765
6	Switch de Núcleo – Tipo 3 - Interior	6407935	618766
7	Switch de Agregação – Tipo 4 - Região Metropolitana	6407943	618767
8	Switch de Agregação – Tipo 4 - Interior	6407951	618768
9	Switch de Agregação – Tipo 5 - Região Metropolitana	6407960	618769
10	Switch de Agregação – Tipo 5 - Interior	6407978	618770
11	Switch de Agregação – Tipo 6 - Região Metropolitana	6407994	618771
12	Switch de Agregação – Tipo 6 - Interior	6408001	618772
13	Switch de Acesso – Tipo 7 - Região Metropolitana	6408010	618773
14	Switch de Acesso – Tipo 7 - Interior	6408028	618774
15	Switch de Acesso – Tipo 8 - Região Metropolitana	6408036	618775
16	Switch de Acesso – Tipo 8 - Interior	6408044	618776
17	Switch de Acesso – Tipo 9 - Região Metropolitana	6408060	618777
18	Switch de Acesso – Tipo 9 - Interior	6408079	618778
19	Switch de Acesso – Tipo 10 - Região Metropolitana	6408095	618779
20	Switch de Acesso – Tipo 10 - Interior	6408109	618780
21	Ferramenta de Gerência LAN - Região Metropolitana	6408125	618979
22	Ferramenta de Gerência LAN - Interior	6408133	618978
23	Expansão appliance de 50 licenças	6119662	481646
24	Servidor de Autenticação RADIUS - Região Metropolitana	6408150	481647
25	Servidor de Autenticação RADIUS - Interior	6408168	618980

2. DESCRIÇÃO RESUMIDA DE CADA ITEM E COMPOSIÇÃO

Item	Produto/Serviço	Descrição
1	Switch de Núcleo – Tipo 1 - Região	Switch de nível 3, 32 portas 100 Gb, cabo empilhamento 100gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

	Metropolitana	Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 1
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 1, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
2	Switch de Núcleo – Tipo 1 - Interior	Switch de nível 3, 32 portas 100 Gb, cabo empilhamento 100gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 1
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 1, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
3	Switch de Núcleo – Tipo 2 - Região Metropolitana	Switch de nível 3, 32 portas 40 Gb, cabo empilhamento 40gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 2
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 2, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
4	Switch de Núcleo – Tipo 2 - Interior	Switch de nível 3, 32 portas 40 Gb, cabo empilhamento 40gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 2
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 2, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
5	Switch de Núcleo – Tipo 3 - Região Metropolitana	Switch de nível 3, 48 portas 25 Gb, 4 portas 100 Gb, cabo empilhamento 100gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 3
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 3, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
6	Switch de Núcleo – Tipo 3 - Interior	Switch de nível 3, 48 portas 25 Gb, 4 portas 100 Gb, cabo empilhamento 100gb, fontes redundantes hot swap – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 3
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 3, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
7	Switch de Agregação – Tipo 4 - Região Metropolitana	Switch de nível 3 básico, 24 portas BaseT 1/10Gb e 2 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 4
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 4, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
8	Switch de Agregação – Tipo 4 - Interior	Switch de nível 3 básico, 24 portas BaseT 1/10Gb e 2 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 4
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 4, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
9	Switch de Agregação – Tipo 5 - Região Metropolitana	Switch de nível 3 básico, 24 portas SFP+ 10Gb e 2 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 5
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 5, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
10	Switch de Agregação – Tipo 5 - Interior	Switch de nível 3 básico, 24 portas SFP+ 10Gb e 2 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 5
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 5, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
11	Switch de Agregação – Tipo 6 - Região Metropolitana	Switch de nível 3 básico, 48 portas SFP+ 10Gb e 4 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 6
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 6, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
12	Switch de Agregação – Tipo 6 - Interior	Switch de nível 3 básico, 48 portas SFP+ 10Gb e 4 portas 40/100 Gb, cabo empilhamento, fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 6
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 6, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
13	Switch de Acesso – Tipo 7 - Região Metropolitana	Switch de nível 2, 24 portas 10/100/1000, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 7
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 7, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
14	Switch de Acesso – Tipo 7 - Interior	Switch de nível 2, 24 portas 10/100/1000, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 7
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 7, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
15	Switch de Acesso – Tipo 8 - Região Metropolitana	Switch de nível 2, 48 portas 10/100/1000, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 8
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 8, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
16	Switch de Acesso – Tipo 8 - Interior	Switch de nível 2, 48 portas 10/100/1000, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 8
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 8, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
17	Switch de Acesso – Tipo 9 - Região Metropolitana	Switch de nível 2, 24 portas 10/100/1000 PoE+, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 9
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 9, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
18	Switch de Acesso – Tipo 9 - Interior	Switch de nível 2, 24 portas 10/100/1000 PoE+, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 9
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 9, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
19	Switch de Acesso – Tipo 10 - Região Metropolitana	Switch de nível 2, 48 portas 10/100/1000 PoE+, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 10

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 10, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
20	Switch de Acesso – Tipo 10 - Interior	Switch de nível 2, 48 portas 10/100/1000 PoE+, 2 SFP+, 2 portas de empilhamento 10 Gbps com cabo, suporte a fonte redundante – Transceptores Inclusos
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas, Tipo 10
		Serviço de Instalação com hands-on do Switch Tipo 10, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
21	Ferramenta de Gerência LAN - Região Metropolitana	Hardware da Ferramenta de Gerência LAN
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas para gerenciar 50 equipamentos
		Serviço de Instalação com hands-on da Gerência, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
22	Ferramenta de Gerência LAN - Interior	Hardware da Ferramenta de Gerência LAN
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas para gerenciar 50 equipamentos
		Serviço de Instalação com hands-on da Gerência, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
23	Expansão Gerência 50 licenças	Pacote de Hardware adicional
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas para expansão de mais 50 equipamentos
		Serviço de Instalação com hands-on do pacote de expansão, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
24	Servidor de Autenticação RADIUS - Região Metropolitana	Hardware do Servidor AAA (Authentication, Authorization and Accounting) para controle de acesso a serviços de rede
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas para autenticar 5000 dispositivos
		Serviço de Instalação com hands-on do Servidor RADIUS, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd
25	Servidor de Autenticação RADIUS - Interior	Hardware do Servidor AAA (Authentication, Authorization and Accounting) para controle de acesso a serviços de rede
		Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas para autenticar 5000 dispositivos
		Serviço de Instalação com hands-on do Servidor RADIUS, Garantia de 60 meses onsite, 8x5xnbd

3. COMPROVAÇÕES TÉCNICAS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Para a contratação do objeto, recomendamos a solicitação das declarações conforme condições mencionadas a seguir:

3.2. **Declaração dos Produtos a serem fornecidos**, do licitante vencedor, devendo informar a marca e modelo do equipamento ofertado. Através destas informações, a equipe técnica de apoio analisará se o equipamento proposto atende tecnicamente as exigências solicitadas no Edital.

3.3. **Atestado de Capacidade Técnica** para este certame, por razões de ordem técnica visando a comprovação da capacidade do licitante em atender a todas as condições contratuais exigidas no Edital, face a quantidade de equipamentos a serem contratados.

3.4. **Declaração e Comprovação de Revenda Autorizada** se faz necessária por razões de ordem técnica, visando a comprovação da capacitação do licitante em atender a todas as condições contratuais exigidas no Edital, comprovando que a licitante está apta a prestar assistência técnica nos equipamentos do certame, utilizando-se de peças originais do Fabricante e garantir à Administração Pública,

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

confiabilidade da empresa fornecedora, reforçando o vínculo do Fabricante para com a mesma, donde o Fabricante torna-se completamente ciente de que depositaram em seus fornecedores, confiança de que seus profissionais de revenda têm pleno conhecimento sobre os equipamentos/peças postos à venda, desta forma, resguardando à Administração Pública, a continuidade dos serviços de suporte técnico dos produtos revendidos pelo fornecedor, em caso de intempéries.

3.4.1. Vale ressaltar que a Declaração e Comprovação de Revenda Autorizada é um documento emitido pela própria Licitante, e que a sua comprovação de revenda autorizada, poderá ser efetuada mediante apresentação de contrato, atestado emitido em nome da licitante pelo respectivo fabricante, publicações na imprensa ou ainda, que serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitida a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet, bem como acompanhado da tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado, caso o documento esteja em língua estrangeira.

3.5. **Necessidade do mesmo fabricante** se faz necessária para manter a compatibilidade funcional dos equipamentos que irão trabalhar em conjunto como uma única solução integrada, diminuindo o risco de indisponibilidade e permitindo um gerenciamento através de um único modelo de console e assim economizam-se muitos recursos, pois o tempo de trabalho necessário para realizar controles, configurações e outras atividades técnicas ao longo da rede é drasticamente reduzido. Por fim, a homogeneidade possibilita a adoção de uma política de segurança do ambiente informatizado mais eficaz e eficiente.

3.5.1. O gerenciamento padronizado está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes de equipamentos podem apresentar diferentes parâmetros de configuração e de otimização comprometendo o ambiente de rede e causar indisponibilidades e prejuízo aos cofres públicos. Consequentemente, a heterogeneidade de Switches compromete a interoperabilidade e o gerenciamento integrado. Nesse sentido, homogeneidade é fundamental.

3.5.2. Desta maneira, determina-se a aquisição de equipamentos sejam do mesmo Fabricante para que possam compor uma solução completa e homogênea, permitindo à Administração obter todas as vantagens apresentadas.

3.5.3. A qualificação no relatório ***MAGIC QUADRANT FOR WIRED AND WIRELESS ACCESS INFRASTRUCTURE GARTNER 2024*** ou constar na **lista pública do TSANet** (https://tsanet.org/members/) em nível mínimo ***STANDART MEMBERSHIP*** é exigida pela PRODESP visando o aprimoramento das especificações técnicas para aquisição de soluções reconhecidas pelo mercado.

3.5.4. O Relatório do Gartner - *Quadrant Magic* é uma metodologia de pesquisa e uma ferramenta de visualização para avaliar e comparar o desempenho de fornecedores de tecnologia em mercados específicos. Ele é avaliado com base em duas dimensões principais: capacidade de executar (*Ability to Execute*) e integridade da visão (*Completeness of Vision*).

3.5.5. TSANet (*Technical Support Alliance Network*) é uma organização sem fins lucrativos que fornece um quadro de cooperação entre empresas de tecnologia para resolver problemas técnicos de maneira mais eficiente

3.5.6. A inclusão dessa cláusula não pode ser considerada uma restrição a competição, uma vez que nos relatórios do Gartner e na lista pública da TSANet são abordados diversos fabricantes e que em sua maioria comercializam seus produtos mediante a um grande ecossistema de distribuidores e revendas.

4. SWITCHES

4.1. Requisitos gerais para todos os switches

4.1.1. O equipamento deve ser novo, sem uso anterior e o modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta, não sendo aceita solução em *roadmap*.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.1.2. Todos os Switches especificados no presente documento devem ser desenvolvidos pelo mesmo fabricante, compondo uma solução única de rede, para assegurar a compatibilidade funcional de todos os recursos e permitir o gerenciamento unificado.

4.1.3. O modelo do equipamento ofertado deve possuir, na data da entrega da proposta, homologação junto à ANATEL com certificado disponível publicamente no endereço eletrônico desta agência, conforme a Resolução número 242 de 30 de novembro de 2000.

4.1.4. O modelo do equipamento ofertado deve possuir, na data da entrega da proposta, homologação junto à ANATEL com certificado disponível no nome do fabricante e publicado no endereço eletrônico desta agência, conforme a Resolução vigente.

4.1.4.1. O requerente do certificado deve ser obrigatoriamente o fabricante do equipamento.

4.1.5. O fabricante da solução ofertada deve ser qualificado no relatório *Magic Quadrant for Wired and Wireless Access Infrastructure Gartner* 2024 ou comprovar, na data da entrega da proposta, que consta na lista pública do TSANet (https://tsanet.org/members/) em nível mínimo *Standard Membership*

4.2. SWITCH DE NÚCLEO - TIPO 1/2/3

4.2.1. Características Gerais de cada Switch

4.2.1.1. Deve ter estrutura adequada para instalação em rack padrão EIA 19 polegadas.

4.2.1.2. Deve ter capacidade de rotear e comutar pacotes através do uso de Chipsets ou ASICs (Application Specific Integrated Circuits) sem a necessidade de adição de hardware ou licenças extras.

4.2.1.3. Deve ser fornecido com configuração de CPU e memórias (RAM e Flash) suficientes para implementação de todas as funcionalidades e desempenhos descritos nesta especificação.

4.2.1.4. Deve possuir memória não volátil (flash) para armazenamento do software interno e ter capacidade suficiente para comportar, no mínimo, duas imagens do sistema operacional simultaneamente, permitindo que seja realizado atualização de software e a imagem anterior seja mantida.

4.2.1.5. Requisitos de Portas, Transceptores e performance mínimos:

Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 1, 2 e 3)

Tipo	**1**	**2**	**3**
Portas 100 Gb	32		4
Transceptor QSFP28 SR MPO	32		4
Portas 40 Gb		32	
Transceptor QSFP+ SR LC		32	
Portas 25 Gb			48
Transceptor SFP28 SR LC			48
Cabo de empilhamento (Gbps)	100	40	100
Total de Portas	32	32	52
Switching capacity (Gbps)	6400	2400	3200

4.2.1.6. Todos os Módulos, Transceptores e cabos devem ser fornecidos para atender a Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 1,2 e 3).

4.2.1.7. Deve permitir o funcionamento simultâneo de todas as portas, não será aceito portas do tipo “combo”

4.2.1.8. Deve possuir uma porta console para gerenciamento fora de banda (*out-of-band management)*.

4.2.1.9. Deve possuir fontes de alimentação internas ao equipamento, redundantes e hot swappable, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz,

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

configuradas com capacidade para suportar a configuração máxima do equipamento e com alimentação através de circuitos elétricos de entrada distintos.

4.2.1.10. Todas as fontes, ventiladores e os módulos de expansão, devem ser 100% hot swappable, permitindo a troca entre todos os tipos suportados sem necessidade de boot para o pleno funcionamento, assim evitando qualquer tipo de descontinuidade

4.2.2. Funcionalidades Gerais

4.2.2.1. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 32.000 endereços MAC.

4.2.2.2. Deve implementar quadros Ethernet extensos de, no mínimo, 9.000 bytes (jumbo frames).

4.2.2.3. Deve implementar, no mínimo, 1.000 VLANs ativas, simultaneamente, conforme o padrão IEEE 802.1Q.

4.2.2.4. Deve, ao menos, suportar *Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1D), bem como implementar *Rapid Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1w) e *Multiple Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1s).

4.2.2.5. Em conjunto com outro equipamento de mesmo modelo, deverá permitir que um switch conectado aos dois, tenha a possibilidade de agregação de links (IEEE 802.3ad) com suporte a LACP com os mesmos, de forma a simular a existência de apenas um único link lógico entre este switch e os dois equipamentos do modelo aqui especificado (Multi-Chassis Trunking, por exemplo). O único link lógico entre as camadas deve eliminar convergência do Spanning Tree, possibilitando o tráfego simultâneo por mais de uma conexão.

a) Deve permitir a agregação de, no mínimo, 52 grupos de links, sendo 8 links agregados por grupo.

b) Deve possuir mecanismo de alta disponibilidade onde, em caso de falha de um dos equipamentos, o outro possa assumir todas as suas funções da camada 2 (OSI).

c) O fornecimento deve contemplar todos os hardwares e softwares necessários para a implementação da funcionalidade de agregação, de maneira a atender as especificações constantes neste documento.

4.2.2.6. Deve implementar rotas estáticas.

4.2.2.7. Deve implementar IPv4/IPv6 em pilha dupla (dual stack).

4.2.2.8. Deve implementar os protocolos de roteamento dinâmico OSPFv2, OSPFv3 e BGPv4.

4.2.2.9. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 64.000 rotas IPv4.

4.2.2.10. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 32.000 rotas IPv6.

4.2.2.11. Deve implementar o roteamento de camada 3 entre VLANs.

4.2.2.12. Deve implementar o protocolo *Virtual Router Redundancy Protocol* (VRRP).

4.2.2.13. Deve implementar roteamento multicast PIM (*Protocol Independent Multicast*): no mínimo PIM-SM.

4.2.2.14. Deve implementar o protocolo IGMP (*Internet Group Management Protocol*) versão 2 ou mais recente.

4.2.2.15. Deve implementar IGMP snooping.

4.2.2.16. Deve implementar controle de broadcast e multicast por porta. Deve ser possível especificar limiares ("thresholds") individuais para tráfego tolerável de broadcast e multicast em cada porta do switch e enviar um trap SNMP ou descartar o tráfego excedente quando o evento de broadcast ocorrer.

4.2.2.17. Deve implementar DHCP relay configurável por VLAN para IPv4 e IPv6.

4.2.2.18. Deve implementar DHCP Option 82, configurável por VLAN.

4.2.2.19. Deve implementar Virtual Extensible LAN (VXLAN) com função VXLAN tunnel endpoints (VTEP).

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.2.3. Funcionalidades de Qualidade de Serviços (QoS)

4.2.3.1. Deve implementar, no mínimo, 4 filas de prioridade por interface.

4.2.3.2. Deve implementar controle de fluxo de dados segundo o padrão IEEE 802.3x em full duplex.

4.2.3.3. Deve implementar por porta pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita (strict priority) e divisão de prioridade entre as demais filas de saída.

4.2.3.4. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame Ethernet (IEEE 802.1p CoS).

4.2.3.5. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF.

4.2.3.6. Deve implementar funcionalidades de QoS de "Traffic Policing". Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar, no mínimo, a ação de descarte do pacote.

4.2.4. Funcionalidades de Segurança

4.2.4.1. Deve implementar mecanismos de autenticação, autorização e accounting (AAA) via RADIUS.

4.2.4.2. Deve controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ser registrados no servidor AAA todos os comandos executados.

4.2.4.3. Deve implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino.

4.2.4.4. Deve implementar proteção de frames BPDUs (Bridge Protocol Data Units).

4.2.4.5. Deve implementar mecanismo de proteção da root bridge do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra os ataques do tipo *Denial of Service* na camada 2 (OSI).

4.2.5. Funcionalidades de Gerenciamento

4.2.5.1. Deve ser gerenciável via SNMP versões 1, 2 ou 2c e 3.

4.2.5.2. Deve implementar API de RESTful/restconf para configuração e coleta do switch.

4.2.5.3. Deve implementar SSH versão 2.

4.2.5.4. Deve suportar gerenciamento MIB II.

4.2.5.5. Deve possuir a descrição completa das MIBs implementadas no equipamento e as extensões privadas se as mesmas existirem

4.2.5.6. Deve implementar o gerenciamento RMON com pelo menos 2 grupos (alarme e evento) ou telemetria

4.2.5.7. Deve implementar o protocolo Syslog para funções de "logging" de eventos.

4.2.5.8. Deve implementar o protocolo NTP (*Network Time Protocol*).

4.2.5.9. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB *Link Layer Discovery Protocol* (LLDP), permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos.

4.2.5.10. Deve implementar o espelhamento de tráfego de uma porta para uma outra porta específica.

4.2.5.11. Deve implementar programabilidade com linguagem de script Python ou integração com ferramenta de automação Puppet.

4.2.6. Acessórios e literaturas técnicas (para cada equipamento)

4.2.6.1. Deverá fornecer 1 (um) cabo console.

4.2.6.2. Deverá fornecer cabos para todas as fontes de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T) para cada fonte.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.2.6.3. Deverá fornecer 1 (um) cabo de empilhamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) centímetros de 40gb para o Tipo 2 e 100gb para os Tipos 1 e 3.

4.2.6.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.

4.2.6.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração e operação.

4.3. **SWITCH DE AGREGAÇÃO - TIPO 4/5/6**

4.3.1. Características gerais de cada Switch

4.3.1.1. Deve ter estrutura adequada para instalação em rack padrão EIA 19 polegadas.

4.3.1.2. Deve ter capacidade de rotear e comutar pacotes através do uso de Chipsets ou ASICs (*Application Specific Integrated Circuits*) sem a necessidade de adição de hardware ou licenças extras.

4.3.1.3. Deve ser fornecido com configuração de CPU e memórias (RAM e Flash) suficientes para implementação de todas as funcionalidades e desempenhos descritos nesta especificação.

4.3.1.4. Deve possuir memória não volátil (flash) para armazenamento do software interno e ter capacidade suficiente para comportar, no mínimo, duas imagens do sistema operacional simultaneamente, permitindo que seja realizado atualização de software e a imagem anterior seja mantida.

4.3.1.5. Requisitos de Portas, Transceptores e performance mínimos:

Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 4, 5 e 6)

Tipo	**4**	**5**	**6**
Portas 10 Gb		24	48
Transceptor SFP+ SR LC		24	48
Portas BaseT 10 Gb	24		
Transceptor 10Gb BaseT	24		
Porta 40/100Gb	2	2	4
Transceptor QSFP+SR LC	2	2	2
Transceptor QSFP28 SR MPO	2	2	2
Total de Portas	26	26	52
Switching capacity (Gbps)	640	640	1120

4.3.1.6. Todos os Módulos e Transceptores devem ser fornecidos para atender a Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 4, 5 e 6)

4.3.1.7. Deve permitir o funcionamento simultâneo de todas as portas, não será aceito portas do tipo “combo”

4.3.1.8. Detecção automática de velocidade (auto sense) nas portas

4.3.1.9. Deve possuir uma porta console para gerenciamento fora de banda (*out-of-band management*).

4.3.1.10. Deve possuir fontes de alimentação internas, redundantes e hot swappable, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz;

4.3.2. Funcionalidade Gerais

4.3.2.1. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 32.000 endereços MAC

4.3.2.2. Deve implementar quadros Ethernet extensos de, no mínimo, 9.000 bytes (jumbo frames).

4.3.2.3. Deve implementar, no mínimo, 1.000 VLANs ativas, simultaneamente, conforme o padrão IEEE 802.1Q.

4.3.2.4. Deve implementar *Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1D), *Rapid Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1w) e *Multiple Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1s).

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.3.2.5. Em conjunto com outro equipamento de mesmo modelo, deverá permitir que um switch conectado aos dois, tenha a possibilidade de agregação de links (IEEE 802.3ad) com suporte a LACP com os mesmos, de forma a simular a existência de apenas um único link lógico entre este switch e os dois equipamentos do modelo aqui especificado (Multi-Chassis Trunking, por exemplo). O único link lógico entre as camadas deve eliminar convergência do Spanning Tree, possibilitando o tráfego simultâneo por mais de uma conexão.

a) Deve permitir a agregação de, no mínimo, 60 grupos de links, sendo 8 links agregados por grupo.

b) Deve possuir mecanismo de alta disponibilidade onde, em caso de falha de um dos equipamentos, o outro possa assumir todas as suas funções da camada 2 (OSI).

c) O fornecimento deve contemplar todos os hardwares e softwares necessários para a implementação da funcionalidade de agregação, de maneira a atender as especificações constantes neste documento.

4.3.2.6. Deve implementar rotas estáticas.

4.3.2.7. Deve implementar IPv4/IPv6 em pilha dupla (dual stack).

4.3.2.8. Deve implementar os protocolos de roteamento dinâmico OSPFv2, OSPFv3 e BGPv4.

4.3.2.9. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 8.000 rotas IPv4.

4.3.2.10. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 1.500 rotas IPv6.

4.3.2.11. Deve implementar o roteamento de camada 3 entre VLANs.

4.3.2.12. Deve implementar o protocolo *Virtual Router Redundancy Protocol* (VRRP).

4.3.2.13. Deve implementar roteamento multicast PIM (*Protocol Independent Multicast*): no mínimo PIM-SM.

4.3.2.14. Deve implementar o protocolo IGMP (*Internet Group Management Protocol*) versão 2 ou mais recente.

4.3.2.15. Deve implementar IGMP snooping.

4.3.2.16. Deve possuir controle de broadcast e multicast por porta. Deve ser possível especificar limiares ("thresholds") individuais para tráfego tolerável de broadcast e multicast em cada porta do switch e enviar um trap SNMP quando o evento de broadcast ocorrer.

4.3.2.17. Deve implementar DHCP relay configurável por VLAN para IPv4 e IPv6.

4.3.2.18. Deve implementar DHCP Option 82, configurável por VLAN.

4.3.3. Funcionalidades de Qualidade de Serviços (QoS)

4.3.3.1. Deve implementar pelo menos 4 filas de saída por porta.

4.3.3.2. Deve implementar controle de fluxo de dados segundo o padrão IEEE 802.3x em full duplex.

4.3.3.3. Deve implementar por porta pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita (strict priority) e divisão de prioridade entre as demais filas de saída.

4.3.3.4. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame Ethernet (IEEE 802.1p CoS).

4.3.3.5. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF.

4.3.3.6. Deve implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino.

4.3.3.7. Deve implementar funcionalidades de QoS de "Traffic Policing". Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar, no mínimo, a ação de descarte do pacote.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.3.4. Funcionalidades de Segurança

4.3.4.1. Deve implementar mecanismos de autenticação, autorização e accounting (AAA) via RADIUS.

4.3.4.2. Deve controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ser registrados no servidor AAA todos os comandos executados.

4.3.4.3. Deve implementar ACL (Access Controle List) baseado em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino.

4.3.4.4. Deve implementar ACL (Access Control List) de segurança sobre os fluxos de entrada e saída em interface virtual associada à VLAN (virtual LAN).

a) Deve permitir a ativação de ACL IPv4 para que filtre tráfego em pelo menos 24 VLANs.

b) Deve permitir a ativação de, no mínimo, 1.000 regras de ACL IPv4 (ACL rules) no fluxo de entrada (ingress) para filtrar tráfego de VLANs.

c) Entende-se como “interface virtual associada à VLAN” uma interface lógica que representa uma VLAN em todas as atividades de camada 3 do modelo de referência OSI (Open Systems Interconnection).

4.3.4.5. Deve implementar proteção de frames BPDUs (Bridge Protocol Data Units).

4.3.4.6. Deve implementar mecanismo de proteção da root bridge do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra os ataques do tipo Denial of Service na camada 2 (OSI).

4.3.5. Funcionalidades de Gerenciamento

4.3.5.1. Deve ser gerenciável via SNMP versões 1, 2 ou 2c e 3.

4.3.5.2. Deve implementar API de RESTful/restconf para configuração e coleta do switch.

4.3.5.3. Deve implementar SSH versão 2

4.3.5.4. Deve suportar gerenciamento MIB II. Deve possuir a descrição completa das MIBs implementadas no equipamento e as extensões privadas se as mesmas existirem

4.3.5.5. Deve implementar o gerenciamento RMON com pelo menos 2 grupos (alarme e evento) ou telemetria

4.3.5.6. Deve implementar o protocolo Syslog para funções de "logging" de eventos.

4.3.5.7. Deve implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou o protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol).

4.3.5.8. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB Link Layer Discovery Protocol (LLDP), permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos.

4.3.5.9. Deve implementar o espelhamento de tráfego de uma porta para uma outra porta específica.

4.3.6. Acessórios e literaturas técnicas (para cada equipamento)

4.3.6.1. Deverá fornecer 1 (um) cabo console.

4.3.6.2. Deverá fornecer cabos para todas as fontes de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T) para cada fonte

4.3.6.3. Deverá fornecer 1 (um) cabo de empilhamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) centímetros de 100gb

4.3.6.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.

4.3.6.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração e operação.

4.4. **SWITCH DE AGREGAÇÃO - TIPO 7, 8, 9 e 10**

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.4.1. Características gerais de cada Switch

4.4.1.1. O equipamento deve possuir dimensão adequada para instalação em rack padrão EIA 19 polegadas e ter altura máxima de 1 U (uma unidade de altura de rack).

4.4.1.2. Deve possuir memória não volátil (flash) para armazenamento do software interno e ter capacidade suficiente para comportar, no mínimo, duas imagens do sistema operacional simultaneamente, permitindo que seja realizado atualização de software e a imagem anterior seja mantida.

4.4.1.3. Requisitos de Portas, Transceptores e performance mínimos:

Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 7, 8, 9 e 10)

Tipo	**7**	**8**	**9**	10
Portas 1000BaseT	24	48		
Portas 1000BaseT PoE+			24	48
Porta 10Gb	2	2	2	2
Transceptor SFP+ SR LC	2	2	2	2
Porta Empilhamento 10gb	2	2	2	2
Cabo Empilhamento 10gb	1	1	1	1
Total de Portas	28	52	28	52
Switching capacity (Gbps)	128	176	128	176
Throughput (Mpps)	95	130	95	130

4.4.1.4. Todos os Módulos, Transceptores e cabos devem ser fornecidos para atender a Tabela - Requisitos de Portas, Transceptores e performances mínimas (Switch 7, 8, 9 e 10)

4.4.1.5. Deve permitir o funcionamento simultâneo de todas as portas, não será aceito portas do tipo “combo”

4.4.1.6. Detecção automática de velocidade (auto sense) nas portas

4.4.1.7. Deve possuir uma porta console para gerenciamento

4.4.1.8. Deve possuir LED azul para permitir a identificação do switch, independente do LED do sistema

4.4.1.9. Fonte de Alimentação:

a) Deve suportar fontes de alimentação internas ao gabinete, redundantes, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz.

b) Deve vir com fonte interna capaz de alimentar simultaneamente todas as interfaces PoE+ do Switch Tipo 9/10 com 720w/1440w respectivamente, sem o uso de fonte externa

4.4.2. Funcionalidades Gerais

4.4.2.1. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 32.000 endereços MAC

4.4.2.2. Deve implementar quadros Ethernet extensos de, no mínimo, 9.000 bytes (jumbo frames).

4.4.2.3. Deve suportar até 4.000 VLAN IDs conforme o padrão IEEE 802.1Q.

4.4.2.4. Deve implementar a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.

4.4.2.5. Deve permitir a ativação em IPV4 de pelo menos 750 listas de acesso (ACL) distintas para o fluxo de entrada (ingress) e 750 listas de acesso (ACL) distintitas no fluxo de saída (egress) para filtrar o tráfego de VLANs e outras funcionalidades que utilizem ACL.

4.4.2.6. Deve implementar *Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1D), *Rapid Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1w) e *Multiple Spanning Tree Protocol* (IEEE 802.1s).

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.4.2.7. Deve implementar agregação de links conforme padrão IEEE 802.3ad com, no mínimo, 24 grupos, sendo 8 links agregados por grupo.

4.4.2.8. Deve implementar rotas estáticas.

4.4.2.9. Deve implementar IPv4/IPv6 em pilha dupla (dual stack).

4.4.2.10. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 1500 rotas IPv4.

4.4.2.11. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 1000 rotas IPv6.

4.4.2.12. Deve implementar o roteamento de camada 3 entre VLANs.

4.4.2.13. Deve implementar UDLD (*Unidirectional Link Detection*) ou DLDP (*Device Link Detection Protocol*) ou BFD(*Bidirecional Forwarding Detection*) ou recurso similar.

4.4.2.14. Deve implementar o protocolo IGMP (Internet Group Management Protocol) versões 1, 2 e 3.

4.4.2.15. Deve implementar IGMP snooping.

4.4.2.16. Deve possuir controle de broadcast e multicast por porta. Deve ser possível especificar limiares ("thresholds") individuais para tráfego tolerável de broadcast e multicast em cada porta do switch e enviar um trap SNMP quando o evento de broadcast ocorrer.

4.4.2.17. Deve implementar DHCP relay configurável por VLAN para IPv4 e IPv6.

4.4.2.18. Deve implementar DHCP Option 82, configurável por VLAN.

4.4.3. Funcionalidades de Qualidade de Serviços (QoS)

4.4.3.1. Deve implementar, no mínimo, 4 (quatro) filas de prioridade por interface.

4.4.3.2. Deve implementar controle de fluxo de dados segundo o padrão IEEE 802.3x em full duplex.

4.4.3.3. Deve implementar, por porta, pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita (*strict priority*) e divisão de prioridade entre as demais filas de saída.

4.4.3.4. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame Ethernet (IEEE 802.1p CoS).

4.4.3.5. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo "*Differentiated Services Code Point*" (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF.

4.4.3.6. Deve implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino e portas TCP e UDP de origem e destino.

4.4.3.7. Deve implementar funcionalidades de QoS de "*Traffic Policing*". Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar, no mínimo, a ação de descarte do pacote.

4.4.4. Funcionalidades de Segurança

4.4.4.1. Deve implementar mecanismos de autenticação, autorização e accounting (AAA) via RADIUS.

4.4.4.2. Deve controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ser registrados no servidor AAA todos os comandos executados.

4.4.4.3. Deve implementar controle de acesso por porta, usando o padrão IEEE 802.1x (Port Based Network Access Control).

4.4.4.4. Deve implementar a autenticação 802.1x de múltiplos usuários conectados a uma única porta, atribuindo-os a VLANs distintas de acordo com o atributo RADIUS encaminhado na etapa da autenticação.

4.4.4.5. Na autenticação 802.1x, deve implementar funcionalidade que designe VLAN específica para o usuário quando: a estação não tem cliente 802.1x (suplicante) ou as credenciais do usuário não estão corretas (falha de autenticação).

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.4.4.6. Na autenticação 802.1x, deve implementar associação automática de VLAN da porta do switch através da qual o usuário requisitou acesso à rede.

4.4.4.7. Na autenticação 802.1x, deve ser possível definir, por porta, o intervalo de tempo para obrigar o cliente a se reautenticar (reautenticação periódica).

4.4.4.8. Deve implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino e portas TCP e UDP de origem e destino.

4.4.4.9. Deve implementar técnica de proteção contra os ataques de DHCP no caso de algum invasor assumir a funcionalidade de servidor de DHCP na rede.

4.4.4.10. Deve possuir proteção contra IP spoofing (IP source guard).

4.4.4.11. Deve implementar proteção de frames BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*).

4.4.4.12. Deve implementar mecanismo de proteção da root bridge do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra os ataques do tipo *Denial of Service* na camada 2 (OSI).

4.4.5. Funcionalidades de Gerenciamento

4.4.5.1. Deve ser gerenciável via SNMP versões 1, 2 ou 2c e 3.

4.4.5.2. Deve implementar API de RESTful/restconf para configuração e coleta do switch.

4.4.5.3. Deve implementar SSH versão 2

4.4.5.4. Deve suportar gerenciamento MIB II. Deve possuir a descrição completa das MIBs implementadas no equipamento e as extensões privadas se as mesmas existirem

4.4.5.5. Deve implementar o gerenciamento RMON com pelo menos 2 grupos (alarme e evento) ou telemetria

4.4.5.6. Deve implementar gerenciamento de tráfego de fluxo em Sflow, Netflow, IPFIX ou protocolo similar.

4.4.5.7. Deve implementar o protocolo Syslog para funções de "logging" de eventos.

4.4.5.8. Deve implementar o protocolo NTP (*Network Time Protocol*) ou o protocolo SNTP (*Simple Network Time Protocol*).

4.4.5.9. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB Link Layer Discovery Protocol (LLDP) e sua extensão LLDP-MED, permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos.

4.4.5.10. Deve implementar o espelhamento de tráfego de uma porta para uma outra porta específica.

4.4.6. Acessórios e literaturas técnicas (para cada equipamento)

4.4.6.1. Deverá fornecer 1 (um) cabo console.

4.4.6.2. Deverá fornecer 1 (um) cabo para fonte de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T) para cada fonte

4.4.6.3. Deverá fornecer 1 (um) cabo de empilhamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) centímetros de 10Gbps compatível com a porta de empilhamento

4.4.6.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.

4.4.6.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração e operação.

4.5. FERRAMENTA DE GERÊNCIA LAN

4.5.1. Requisitos gerais

4.5.1.1. Deve ser uma solução composta de hardware e software e ser capaz de gerenciar todos os Switches especificados nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 deste documento.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.5.1.2. O equipamento deve ser fornecido na forma de servidor do tipo rack ou equipamento *appliance*, para uso exclusivo da solução de gerência LAN.

4.5.1.3. O equipamento deve ser novo, sem uso anterior e a solução ofertada (*hardware e software*) deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta, não sendo aceita solução em roadmap.

4.5.1.4. A CONTRATADA deve fornecer as licenças de todos os softwares que compõem a solução proposta em suas versões mais recentes e sem previsão de descontinuidade na data de entrega da proposta. Essas licenças devem permitir a monitoração, gestão e automação dos switches. As licenças podem ser inseridas diretamente na plataforma de Gerência LAN, ou esta poderá utilizar licenças presentes nos switches, desde que habilitem o uso das funcionalidades em questão. Mesmo após o término do contrato de suporte, a plataforma de Gerência LAN deverá manter as funcionalidades solicitadas ativas, assim como deve manter operacionais todos os switches por ela gerenciados.

4.5.2. Características gerais

4.5.2.1. Por questões de compatibilidade e operação eficiente do sistema, o software de gerência ofertado deve ser do mesmo fabricante ou homologado dos equipamentos que formam a solução de switches.

4.5.2.2. O Sistema de Gerência deve ser fornecida com licença inicial para gerenciar, no mínimo, um total de 50 (cinquenta) switches, de qualquer tipo, ofertados pela CONTRATADA.

4.5.2.3. A solução de gerência deve permitir o crescimento modular da sua capacidade através de “Licenças Adicionais”, de forma a aumentar gradativamente o número de elementos gerenciados, no mínimo, até 1.000 (um mil) switches.

4.5.2.4. A solução de gerência deve ser fornecida com servidor do tipo rack ou appliance com as seguintes características:

a) Deve ser compatível com rack de 19 polegadas e ter altura máxima de 2 U (duas unidades de altura de rack).

b) Suportar implementação na plataforma de virtualização Vmware ou Hyper-V.

c) Deve possuir, no mínimo, 2 processadores com tecnologia mínima de 8 Core ou 1 processador com tecnologia mínima de 16 core

d) Deve possuir, no mínimo, 16 GB de memória RAM.

e) Deve possuir, no mínimo, 900GB de capacidade de armazenamento em disco

f) A controladora dos discos deve implementar, RAID 1, RAID 5 ou RAID 10

g) Deve possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede Ethernet 1000BASE-T ou 10G BASE-T com conectores RJ45 fêmea.

h) Deve possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede Ethernet 10GBASE-SR com conectores LC. Caso as interfaces utilizem transceptores ópticos, os mesmos devem ser fornecidos instalados no equipamento.

i) Deve possuir fontes de alimentação internas ao gabinete, redundantes e hot swap, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz.

4.5.2.5. Deve ser fornecido todos os softwares operacionais e de apoio que sejam necessários para a solução de gerência LAN.

4.5.2.6. Fornecer, caso necessário, sistema gerenciador de banco de dados relacional para armazenar os logs de eventos gerados pelos switches.

4.5.2.7. Todos os softwares (gerenciamento, operacional e de apoio) devem ser fornecidos devidamente licenciados e com a chave de ativação.

4.5.3. Funcionalidades

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.5.3.1. O software de gerência deve permitir acesso através de browser via HTTP ou HTTPS.

4.5.3.2. O software deve possuir ferramentas de gerenciamento integradas que possibilitem a configuração, administração e a realização de troubleshooting para solução de problemas na rede LAN.

4.5.3.3. O software deve possuir um recurso que permita descobrir automaticamente e visualizar a topologia da rede LAN, formada pelos switches descritos neste documento.

4.5.3.4. Deve gerenciar VLANs possibilitando a sua criação, edição e exclusão.

4.5.3.5. Deve fornecer relatórios e inventários de hardware e sistema dos switches.

4.5.3.6. Deve possibilitar a configuração de regras para controle de acesso e privilégio dos administradores da rede.

4.5.3.7. Permitir a coleta, armazenamento e recuperação da configuração dos equipamentos, inclusive de versões anteriores de configuração lógica.

4.5.3.8. Deve armazenar uma ou mais imagens do sistema operacional dos equipamentos e permitir a realização de upgrade ou downgrade.

4.5.3.9. Permitir ao administrador a análise de dados fornecidos pelos equipamentos através do protocolo de rede SNMP.

4.5.3.10. Deve realizar a detecção e a comunicação de falhas através dos protocolos ICMP e SNMP. Deve realizar a verificação de traps do protocolo SNMP gerados pelos equipamentos e apresentar as informações para o administrador. Desejável que os eventos de falhas a ser apresentados devem incluir no mínimo: utilização do processador e da memória do equipamento.

4.5.3.11. Deve permitir o gerenciamento de VLANs.

4.5.3.12. O software deve apresentar gráficos de utilização das interfaces dos equipamentos, tanto em real time como opções de histórico de utilização.

4.5.3.13. Deve possibilitar a realização de análise de desempenho por parte dos administradores através da configuração de thresholds, com a geração de alarmes para os eventos que ultrapassem os valores destes thresholds.

4.5.3.14. Deve permitir a geração de relatórios de forma imediata ou programada, com a possibilidade de exportar os dados

4.5.4. Acessórios e literaturas técnicas (para cada equipamento)

4.5.4.1. Deverá fornecer 2 (dois) cordões UTP Cat. 6, de 3 metros, na cor cinza, com conectores RJ45 (8P8C) macho nas duas extremidades, para redes Gigabit Ethernet, confeccionado, testado e certificado em fábrica.

4.5.4.2. Deverá fornecer 2 (dois) cordões ópticos LC/LC duplex, multímodo 50/125 mm, otimizada a laser OM4, revestimento externo em PVC, LSZH (*Low Smoke Zero Halogen*), 3 metros de comprimento.

4.5.4.3. Deverá fornecer cabos para todas as fontes de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T).

4.5.4.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.

4.5.4.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

4.6. **EXPANSÃO GERÊNCIA 50 LICENÇAS**

4.6.1. Pacote com licenças adicionais para expansão do sistema de Gerência LAN

4.6.1.1. Deverá ser fornecido todo o hardware/software/licenças/subscrições para suportar a expansão

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.6.1.2. Deve prover a expansão da quantidade de dispositivos gerenciados para o Sistema de Gerência LAN.

4.6.1.3. Cada pacote de licença deve permitir adicionar, no mínimo, 50 (cinquenta) dispositivos ao número total de dispositivos já suportados.

4.6.1.4. Cada pacote é unitário e contém o total de 50 licenças para gerenciamento dos switches, de qualquer tipo, ofertados pela CONTRATADA.

4.6.1.5. A CONTRATADA deve fornecer as licenças de todos os softwares que compõem a solução proposta em suas versões mais recentes e sem previsão de descontinuidade na data de entrega da proposta. Essas licenças devem permitir a monitoração, gestão e automação dos switches. As licenças podem ser inseridas diretamente na plataforma de Gerência LAN, ou esta poderá utilizar licenças presentes nos switches, desde que habilitem o uso das funcionalidades em questão. Mesmo após o término do contrato de suporte, a plataforma de Gerência LAN deverá manter as funcionalidades solicitadas ativas, assim como deve manter operacionais todos os switches por ela gerenciados.

4.7. SERVIDOR DE AUTENTICAÇÃO RADIUS

4.7.1. Requisitos gerais

4.7.1.1. Deve ser uma solução composta de hardware e software, dedicada para serviços de autenticação, autorização e contabilidade, também conhecido como AAA (Authentication, Authorization and Accounting).

4.7.1.2. O equipamento deve ser fornecido na forma de servidor do tipo rack ou equipamento appliance, para uso exclusivo da solução de autenticação.

4.7.1.3. Suportar implementação na plataforma de virtualização Vmware ou Hyper-V.

4.7.1.4. O equipamento deve ser novo, sem uso anterior e a solução ofertada (hardware e software) deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta, não sendo aceita solução em roadmap.

4.7.1.5. Deve fornecer licenças de todos os softwares que compõem a solução proposta por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, em suas versões mais recentes, sem previsão de descontinuidade, na data de entrega da proposta.

4.7.2. Características gerais

4.7.2.1. Deve possuir dimensão adequada para instalação em rack padrão EIA 19 polegadas e ter altura máxima de 2 U (duas unidades de altura de rack).

4.7.2.2. Deve implementar a porção servidor da arquitetura AAA (Authentication, Authorization and Accounting) para controle de acesso a serviços de rede, contemplando os seguintes modelos de conectividade:

a) Conexão 802.1x através de switches (LAN).

b) Conexão 802.1x através de pontos de acesso sem fio (WLAN).

c) Conexão VPN (IPSec ou SSL-VPN).

4.7.2.3. A solução deve ser multi-vendor, operando com soluções de quaisquer fabricantes que utilizem o protocolo RADIUS.

4.7.2.4. A solução deve permitir integração com base de usuários Windows AD (Active Directory), LDAP (Lightweight Directory Access Protocol) ou banco de dados SQL (Structured Query Language) para autenticação de usuários.

a) Deve permitir utilização de bases distintas de usuários simultaneamente.

4.7.2.5. Deve ser possível definir os grupos de usuários internamente ao Servidor RADIUS, com suporte à definição local de pares usuário/senha.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

a) Deve permitir a criação de, no mínimo, 1000 contas de usuários locais.

4.7.2.6. O equipamento deve ter capacidade para suportar os serviços AAA para, pelo menos, 5.000 (cinco mil) dispositivos (PCs, tablets, smartphones, etc.) conectados simultaneamente.

a) Deve estar licenciado para autenticar, no mínimo, um total de 5.000 (cinco mil) dispositivos simultâneos.

4.7.2.7. Deve suportar a configuração redundante em alta disponibilidade utilizando um outro equipamento de mesmo modelo.

a) Todas as licenças de software necessárias para implementação da alta disponibilidade devem estar habilitadas.

4.7.2.8. Deverá possuir processador com tecnologia mínima de 4 Core.

4.7.2.9. Deve possuir, no mínimo, 16 GB de memória RAM.

4.7.2.10. Deve possuir, no mínimo 600Gb de capacidade de armazenamento em disco

4.7.2.11. Deve possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede Ethernet 1000BASE-T ou 10G BASE-T com conectores RJ45 fêmea.

4.7.2.12. Deve possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede Ethernet 10GBASE-SR com conectores LC. Caso as interfaces utilizem transceptores ópticos, os mesmos devem ser fornecidos instalados no equipamento.

4.7.2.13. Deve possuir ventiladores para a refrigeração do sistema interno do servidor na sua configuração máxima e para manter os limites de temperatura adequados para operação mesmo em caso de falha de um dos ventiladores.

4.7.2.14. Deve possuir fontes de alimentação internas ao gabinete, redundantes e hot swap, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz.

4.7.2.15. Todos os softwares que compõem a solução de autenticação devem ser fornecidos devidamente licenciados e com a chave de ativação.

4.7.3. <u>Funcionalidades gerais</u>

4.7.3.1. Deve permitir a operação como Proxy RADIUS, encaminhando as requisições a outros servidores RADIUS para autenticação.

4.7.3.2. Deve implementar IPv4 e IPv6.

4.7.3.3. Deve ser possível atribuir VLANs após resultado dos processos de autenticação/autorização em conexões 802.1x.

4.7.3.4. A solução deverá suportar todos os atributos RADIUS definidos pelo IETF, inclusive os atributos específicos dos diversos fabricantes de equipamentos IP.

4.7.3.5. Deve implementar o bloqueio de contas de usuários após um número pré-definido de erros na autenticação.

4.7.3.6. Deve possibilitar restrições de acesso tendo como base o dia da semana e a hora, podendo impedir conexões em determinados dias ou horários.

4.7.3.7. Deve permitir a definição de número máximo de conexões simultâneas dos usuários, sendo possível limitar esse valor a apenas um acesso.

4.7.3.8. Deve permitir a adição e deleção e substituição de atributos de usuários, grupos e perfis.

4.7.3.9. Deve permitir o agrupamento de clientes em grupos.

4.7.3.10. Possuir templates para criação de perfis de usuários e grupos.

4.7.3.11. Deve permitir a criação de políticas baseadas em grupos e em usuários.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.7.3.12. Deve permitir a criação de políticas baseadas em regras com condições do tipo localidade, horário, data, quotas e tipo de acesso.

4.7.3.13. Deve permitir a integração de política de trocas periódicas de senhas para dispositivos integrados em domínio Microsoft Windows.

4.7.3.14. Deve permitir desabilitar automaticamente a conta do usuário após excesso de tentativas com erro.

4.7.3.15. Deve permitir desabilitar automaticamente a conta em data específica.

4.7.3.16. Deve implementar, no mínimo os seguintes relatórios pré-definidos de utilização dos serviços de controle de acesso:

a) Usuários autenticados com sucesso.

b) Falhas de autenticação.

c) Radius accounting.

4.7.3.17. Deve implementar SNMP (*Simple Network Management Protocol*) versões 2 ou 2c e 3.

4.7.3.18. Deve implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou o protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol).

4.7.3.19. Deve implementar SSH ou PowerShell remote ou gerência gráfica.

4.7.4. Acessórios e literaturas técnicas (para cada equipamento)

4.7.4.1. Deverá fornecer 2 (dois) cordões UTP Cat. 6, de 3 metros, na cor cinza, com conectores RJ45 (8P8C) macho nas duas extremidades, para redes Gigabit Ethernet, confeccionado, testado e certificado em fábrica.

4.7.4.2. Deverá fornecer 2 (dois) cordões ópticos LC/LC duplex, multímodo 50/125 mm, otimizada a laser OM4, revestimento externo em PVC, LSZH (Low Smoke Zero Halogen), 3 metros de comprimento.

4.7.4.3. Deverá fornecer cabos para todas as fontes de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T).

4.7.4.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.

4.7.4.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

4.8. **SERVIÇO DE INSTALAÇÃO**

4.8.1. Os serviços de instalação serão executados no âmbito do Estado de São Paulo conforme ANEXO I-B.

4.8.2. Entende-se por instalação a montagem física dos equipamentos e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos, de acordo com o cenário requerido pela CONTRATANTE.

4.8.3. São de responsabilidade da CONTRATADA, entre outras atividades: desembalar os equipamentos, a instalação física incluindo a fixação dos equipamentos nos locais adequados, a ativação e configuração lógica dos mesmos, as conexões de rede, atualização de softwares recomendadas e os testes de pré-operação dos PRODUTOS, conforme os requisitos e condições descritos neste documento.

4.8.4. A CONTRATANTE providenciará a infraestrutura elétrica e a infraestrutura de dados nos locais de instalação dos PRODUTOS.

4.8.5. O serviço de instalação deverá ser executado pela CONTRATADA durante o horário comercial compreendido das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, devendo eventualmente, atender à CONTRATANTE em finais de semana e feriados para atendimento ou acompanhamento de

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

implementações que necessitem ser executados nestes horários, cabendo à CONTRATANTE informar tais atendimentos à CONTRATADA, antecipadamente, e de comum acordo entre as partes.

4.8.6. Caberá a CONTRATADA todo o processo de planejamento, a instalação, a configuração, a integração, os testes, a migração e a compatibilidade dos PRODUTOS, que deverão ser integrados à infraestrutura de Tecnologia de Informação existente no local de instalação dos PRODUTOS.

4.8.7. Caberá a CONTRATADA, a obrigatoriedade de instalar e configurar, a critério exclusivo da CONTRATANTE, as atualizações e correções de todos os softwares e firmwares fornecidos.

4.8.8. Após a assinatura do instrumento contratual, e até a entrega dos PRODUTOS, serão realizadas reuniões preparatórias, nas dependências da CONTRATANTE, com a presença de integrantes da equipe técnica da CONTRATADA, da qual se lavrará Ata, para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.

4.8.9. A CONTRATADA, na data da 1ª reunião de acompanhamento da execução do contrato, a ser definida pela CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, deverá apresentar sua equipe de trabalho.

4.8.10. A equipe técnica da CONTRATADA que irá executar a instalação deverá trabalhar sob orientação e supervisão direta do profissional responsável pela coordenação das atividades de implantação.

4.8.11. A CONTRATADA, depois de concluído o serviço de instalação dos PRODUTOS, deverá realizar, com o acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para constatar que os PRODUTOS foram instalados de acordo com o cenário requerido pela CONTRATANTE.

4.8.12. Todos os instrumentos/equipamentos necessários para a execução do serviço e testes de aceitação do serviço serão fornecidos pela CONTRATADA.

4.8.13. A CONTRATADA deverá manter, durante a fase de implantação, a equipe técnica disponível para eventuais serviços executados fora do horário de expediente sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quando necessário e solicitado pela equipe da CONTRATANTE, ou quando for necessário executar qualquer atividade que possa interferir no funcionamento da rede existente no local da instalação.

4.8.14. A CONTRATADA deverá elaborar e manter, no local de serviço, Relatório de Instalação (RI), em formulário timbrado próprio da CONTRATADA, com registros das ordens de serviço, anotações de irregularidades encontradas e de todas as ocorrências relativas à execução do contrato, o qual será feito na periodicidade definida pela fiscalização da CONTRATANTE, em 2 (duas) vias, sendo a primeira para uso da CONTRATANTE e a segunda para a CONTRATADA, devendo ser assinado conjuntamente pelo representante da CONTRATADA e pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.8.15. Quando aprovado o funcionamento de todos os PRODUTOS, tendo como base os itens do RI para cada PRODUTO, esses PRODUTOS deverão ser considerados instalados e aptos a serem utilizados. Isso deverá ser confirmado pelo nome, matrícula, data e assinatura do representante técnico da CONTRATANTE no RI.

4.8.16. Quando não aprovado o funcionamento de qualquer PRODUTO, a CONTRATADA deverá anotar no RI as ocorrências e suas origens, tomar toda e qualquer providência necessária para resolvê-las, sem gerar ônus adicional à CONTRATANTE e sem prejudicar o tempo previsto de instalação.

4.8.17. O RI não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento dos PRODUTOS, o qual deverá ser estendido ao longo de todo o período de garantia.

4.8.18. A falta de instalação completa de um ou mais PRODUTOS constitui-se em motivo de suspensão de todos os compromissos financeiros, vinculados ao evento de instalação de PRODUTOS correspondente, enquanto perdurar a instalação incompleta.

4.8.19. Concluídos a instalação e os testes de funcionalidade, a CONTRATADA, deve elaborar a “DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA INSTALAÇÃO” contendo todas as informações da implantação: aspectos de arquitetura implantada, configuração, descrição das características e recursos utilizados, testes e integração aos ambientes de redes locais da instalação.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.8.19.1. A documentação deverá ser emitida com timbre da CONTRATADA e deverá conter o nome, data e assinatura do responsável técnico da CONTRATADA.

4.8.19.2. A documentação deverá ser entregue em via impressa e em meio digital.

4.8.19.3. A documentação será validada pela equipe técnica da CONTRATANTE.

4.8.20. Toda informação manuseada durante a instalação, configuração e testes são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE.

4.8.21. A instalação dos PRODUTOS contratados deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da solicitação pela CONTRATANTE.

4.8.22. A CONTRATADA deverá entregar o "RELATÓRIO DE INSTALAÇÃO", conforme especificado no subitem 3.8.14 deste documento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a conclusão da instalação, configuração e testes de pré-operação dos PRODUTOS.

4.9. SERVIÇO DE HANDS-ON

4.9.1. O objetivo do serviço de hands-on é possibilitar que os participantes acompanhem o serviço de instalação e recebam orientações de como configurar, operar e administrar/gerenciar os PRODUTOS especificados neste documento sem nenhum ônus adicional.

4.10. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.10.1. A CONTRATADA deverá entregar os PRODUTOS adequadamente acondicionados em suas embalagens originais, protegidos contra danos de transporte e manuseio.

4.10.2. A CONTRATADA obriga-se, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a entregar versão comercial mais recente dos softwares/firmwares disponível no site global do fabricante na data de assinatura do contrato de fornecimento. Todos os requisitos técnicos exigidos devem vir habilitados para uso e não será aceito software/firmware personalizado para atender aos itens deste termo de referência, evitando assim perda de funcionalidades em futuras atualizações globais pelo fabricante

4.10.3. A CONTRATADA deverá fornecer, juntamente com os PRODUTOS, toda a documentação técnica original, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

4.10.3.1. Opcionalmente a CONTRATADA poderá disponibilizar as documentações técnicas em meio eletrônico original do fabricante.

4.10.4. A CONTRATADA deverá anexar os seguintes documentos, onde o fabricante declara que:

4.10.4.1. A CONTRATADA é revendedora autorizada a comercializar e prestar os serviços de garantia exigidos neste Termo de Referência.

4.11. LOCALIDADES

4.11.1. O Local de instalação poderá ser em qualquer município no Estado de São Paulo

4.11.2. Todos os endereços encontram-se relacionado no ANEXO I-B – Relação de Participantes, Locais de Entrega e Quantitativos

4.12. PRAZO DE ENTREGA

4.12.1. Os PRODUTOS deverão ser entregues, pela CONTRATADA, na unidade administrativa/almoxarifado dos órgãos contratantes no Estado de São Paulo.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.12.2. O prazo máximo para entrega dos PRODUTOS especificados neste documento é de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do Contrato/Pedido de Compra.

4.12.3. A CONTRATANTE deverá ser comunicada com antecedência de 1 (um) dia, da data de realização da entrega, pela CONTRATADA.

4.13. **GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

4.13.1. Todos os PRODUTOS especificados neste documento deverão possuir garantia e assistência técnica “onsite” de 60 (sessenta) meses, contado a partir do aceite dos mesmos:

4.13.2. A CONTRATADA deverá possuir estrutura com técnicos próprios no Brasil.

4.13.3. A assistência técnica da garantia é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA e ocorrerá por conta da CONTRATADA, sem nenhum ônus adicional além do valor contratado, durante o período de vigência da garantia, para qualquer tipo de serviço necessário para o cumprimento do contrato.

4.13.4. A CONTRATADA deve ter acesso direto ao suporte técnico especializado do fabricante dos PRODUTOS (technical assistance center) para solução de problemas e encaminhamento de problemas ao setor competente do fabricante dos PRODUTOS.

4.13.5. A CONTRATADA será responsável pela abertura e acompanhamento de chamados técnicos junto aos centros de suporte técnico do fabricante, bem como o acompanhamento da resolução desses chamados e implantação das soluções sugeridas pelo fabricante.

4.13.6. O serviço de assistência técnica a ser prestado será “onsite” a responsabilidade de atendimento do PRODUTO para assistência técnica é da contratada nos respectivos locais de instalação dos PRODUTOS.

4.13.7. O período de disponibilidade para execução, pela CONTRATADA, do serviço de assistência técnica “onsite” para todos os PRODUTOS é das 8h00 às 18h00, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

4.13.8. Com o objetivo de manter os equipamentos a serem fornecidos em boas condições de funcionamento ou restabelecê-lo a tais condições, a CONTRATADA prestará serviço de assistência técnica durante o período de disponibilidade, estabelecido no subitem anterior.

4.13.8.1. O prazo para a CONTRATADA iniciar o atendimento remoto, via suporte telefônico, para diagnosticar o problema é de, no máximo, 30 (trinta) minutos, contado a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade.

4.13.8.2. O atendimento “onsite” deverá ser realizado no prazo máximo de 1 (um) dia útil para todos os PRODUTOS, contado a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade.

4.13.8.3. A solução definitiva do problema deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da abertura do chamado.

4.13.9. A assistência técnica da garantia deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive, não se restringindo a substituição de peças, partes, componentes e acessórios.

4.13.9.1. A CONTRATADA será responsável pela entrega e instalação das peças de substituição, retirada das peças com defeitos e, se necessário, deverá efetuar a reinstalação e/ou reconfiguração do sistema operacional do equipamento.

4.13.9.2. Todas as peças serão fornecidas à base de permuta, sendo que a reposição deverá ser feita por peças novas homologadas pelo fabricante dos equipamentos, de especificações idênticas ou superiores às substituídas, como tipo, configuração e capacidade.

4.13.10. A assistência técnica deverá ser executada por técnicos treinados e certificados, com qualificação técnica para diagnóstico e solução dos problemas, bem como para substituição das peças e reconfiguração dos equipamentos.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.13.10.1. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro de funcionários pelo menos 2 (dois) técnicos de TI certificados pelo fabricante dos equipamentos na solução ofertada, durante toda a vigência da garantia.

4.13.11. Em caso de problemas de falhas de software (bugs), cuja solução dependa da liberação de nova versão ou patches de correção pelo fabricante, a CONTRATADA deve providenciar uma solução de contingência, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contado a partir da abertura do chamado.

4.13.11.1. Solução de contingência é uma solução temporária para um problema que não elimina a sua causa raiz. Esta solução restabelece a disponibilidade do ambiente, possibilitando assim a execução plena de suas funções originais, mantendo o nível de desempenho anterior ao problema.

4.13.11.2. Em caso de adoção de solução de contingência, sem prejuízo da solução definitiva cabível, a CONTRATADA deverá emitir laudos, na periodicidade exigida pela CONTRATANTE, informando sobre a evolução dos trabalhos para solucionar o problema de forma definitiva.

4.13.11.3. A solução de contingência não caracterizará a conclusão de um chamado, contudo suspenderá a contagem de tempo para a resolução de ocorrência.

4.13.11.4. A solução definitiva para problemas de falhas de software (bugs) deverá ser disponibilizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

4.13.11.5. Um chamado somente será considerado concluído (solução definitiva) ou contingenciado (solução temporária) com o aceite da CONTRATANTE.

4.13.12. A CONTRATADA deverá assegurar a assistência técnica necessária à satisfatória utilização dos equipamentos, no que consiste à manutenção de hardware, instalação, reinstalação e atualização de softwares/firmwares internos dos equipamentos.

4.13.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de vigência da garantia, acesso automático às documentações e às versões de manutenção e atualizações de softwares/firmwares dos PRODUTOS, via portal web Internet do fabricante, sob demanda, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.13.14. A assistência técnica deve cobrir atendimento telefônico, sem limitação, durante a vigência da garantia.

4.13.15. Caso o equipamento, no todo ou em parte, tenha que ser retirado do local ou o tempo para reparo e solução, contado a partir do chamado, seja superior a 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá substituir, no ato, o equipamento por outro equivalente (equipamento back-up), enquanto perdurar o conserto.

4.13.15.1. Em caso de necessidade de substituição temporária de algum equipamento, o substituto deverá ser de modelo equivalente, ser compatível e ter a mesma configuração ou superior.

4.13.15.2. Em caso de substituição permanente, o equipamento substituto deverá ter, também, a mesma capacidade e desempenho, ser novo, não remanufaturado ou recondicionado.

4.13.15.3. Em qualquer um dos casos acima, a CONTRATANTE irá emitir laudo de recepção técnica atestando ou não o cumprimento dos requisitos.

4.13.15.4. A retirada do equipamento para reparo e manutenção fora das dependências da CONTRATANTE, deverá ser comunicada pela CONTRATADA, e somente se efetivará quando do preenchimento e protocolo dos documentos específicos de retirada pelos prepostos da CONTRATADA.

4.13.15.5. Correm por conta exclusiva da CONTRATADA as responsabilidades decorrentes pela retirada e devolução do equipamento, bem como todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

4.13.15.6. O equipamento back-up deverá ser de propriedade da CONTRATADA ou por ela locado, não cabendo à CONTRATANTE, nenhuma responsabilidade na disponibilização do mesmo.

4.13.15.7. A substituição temporária de equipamento original por equipamento back-up não caracterizará a conclusão de um chamado. Isto acontecerá quando o equipamento original retornar em perfeito estado de funcionamento à instalação de origem.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://dsp.assinasp.imprensaoficial.com.br/verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

4.13.15.8. O equipamento original deve retornar à instalação de origem, em pleno funcionamento, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua retirada para reparo.

4.13.16. A CONTRATADA prestará os serviços de garantia nos equipamentos, independentemente dos acessórios ou outros equipamentos que estejam, a estes, conectados.

4.13.17. A CONTRATADA providenciará, a qualquer tempo, revisões de engenharia que forem classificadas como mandatórias pelo fabricante dos equipamentos, durante a vigência da garantia.

4.14. COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

4.14.1. A CONTRATADA disponibilizará para a CONTRATANTE canal de comunicação, em língua portuguesa, para registro da abertura de chamados técnicos, suporte on-line e controle de atendimento e a Central de Atendimento deverá estar disponível das 8h00 às 18h00, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

4.14.2. Os serviços de assistência técnica da garantia serão prestados pela CONTRATADA a partir do chamado recebido através de sua Central de Atendimento.

4.14.3. A CONTRATADA ao ser acionada pela CONTRATANTE, para execução de serviços, deverá fornecer o número de registro referente ao chamado.

4.14.4. A CONTRATA disponibilizará, no mínimo, os seguintes meios para o acionamento dos serviços de assistência técnica de garantia:

a) Telefone;

b) Website ou E-mail;

4.14.5. Para abertura de chamados via ligações telefônicas, estas deverão ser com tarifa gratuita e o número para contato deverá ser único para todos os equipamentos, softwares e seus componentes.

4.14.6. Qualquer mudança de endereço ou nos meios de contato, do Centro de Atendimento Técnico da CONTRATADA, deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

4.14.7. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, logo após o reparo dos equipamentos, e-mail aos cuidados dos responsáveis pelo chamado e acompanhamento técnico, informando a baixa dos chamados solucionados.

4.14.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar o acompanhamento do estado de chamados técnicos (inclusive encerramentos), atualizados, através da Internet em interface web.

4.14.9. Após a execução de cada manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar um relatório de serviço, no qual deverão constar data e hora da chegada do técnico, descrição detalhada dos defeitos reparados, peças substituídas, anotações pertinentes ao serviço executado e assinatura do técnico que efetuou o reparo, além da assinatura e identificação dos funcionários envolvidos, da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

4.14.10. A CONTRATADA deverá fazer constar do relatório de serviço, a relação de peças substituídas (nº de série, modelo, marca e características técnicas) ou incluídas nos equipamentos, que passaram a ser propriedade da CONTRATANTE.

4.14.11. A CONTRATADA deverá fazer constar do relatório de serviço, a designação e o número de série de quaisquer equipamentos retirados, para reparos fora do local original de instalação.

4.15. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E ACEITE DEFINITIVO

4.15.1. A CONTRATANTE realizará o recebimento provisório dos produtos, no ato da entrega, nos locais e endereços indicados e acompanhados da sua respectiva nota fiscal/fatura

4.15.2. A CONTRATANTE emitirá o termo de aceite definitivo, após a constatação de que a marca, o modelo e o part number dos PRODUTOS ofertados correspondem aos propostos da tabela do item 2 e

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

que se encontram em perfeitas condições de funcionamento e após a execução do serviço de instalação especificado no item 4.8.

4.15.3. O prazo máximo para emissão do termo de aceite definitivo neste anexo é de 10 dias a contar da data de entrega destes. Caso os produtos ou serviços apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas básicas requeridas, o prazo de aceite será reiniciado após a solução dos problemas detectados.

4.15.4. O prazo máximo para a CONTRATADA solucionar os problemas reportados é de 10 dias a contar do comunicado da CONTRATANTE;

4.15.5. Caso haja reincidência dos problemas reportados o aceite será novamente interrompido e a CONTRATADA será comunicada para substituir o(s) PRODUTO(S) com defeito por outro(s) novo(s), no prazo máximo de 10 (dez) dias

4.16. **ACEITE DO PRODUTO**

4.16.1. A CONTRATANTE emitirá o termo de aceite para o equipamento dos PRODUTOS, após a constatação de que o serviço executado atende às especificações técnicas deste documento.

4.16.2. O prazo máximo para emissão do termo de aceite do equipamento é de 15 dias, a contar da data de sua conclusão e apresentação pela CONTRATADA do documento "DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA INSTALAÇÃO", especificado no subitem 4.8.19 deste documento, que deve abordar os aspectos da arquitetura implantada, configuração, descrição das características e recursos utilizados, testes e integração aos ambientes de redes locais da instalação.

4.16.3. Caso os PRODUTOS instalados não funcionem como requerido ou o documento apresentado (DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA INSTALAÇÃO) esteja incompleto ou incorreto, o prazo de aceite será reiniciado após a solução dos problemas reportados.

4.16.4. O prazo máximo para a CONTRATADA solucionar os problemas reportados, é de 5 (cinco) dias úteis a contar do comunicado da CONTRATANTE.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

5.1.1. A contratação do objeto pretendido se refere a bens e serviços comuns, sem fornecimento de mão de obra, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de Menor Preços Unitário por Lote, nos termos da Lei vigente e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

5.2. CONTRATAÇÃO EM LOTE ÚNICO

5.2.1. A centralização da compra em um único fabricante/licitante pode gerar considerável economia de escala. Ao agrupar a demanda em um único lote, é possível obter preços mais competitivos, uma vez que a negociação com fornecedores pode ser baseada em volumes maiores. Além disso, a logística de aquisição e distribuição é simplificada, resultando em uma redução nos custos operacionais e administrativos. A economia de escala também pode proporcionar condições comerciais vantajosas e menores custos de manutenção, além de contribuir para uma maior eficiência na execução do contrato com um único fornecedor

5.2.2. A compra de grandes quantidades de equipamentos, como switches, é uma prática consolidada no mercado de tecnologia. Muitas licitações anteriores já adotaram a estratégia de aquisição em grandes volumes, comprovando a capacidade dos fabricantes em atender essas demandas. Exemplo disso são os projetos de infraestrutura de redes em instituições públicas e privadas, onde a entrega de grandes lotes de equipamentos de rede é realizada de maneira eficiente. Esse tipo de abordagem é não só viável, mas também amplamente utilizada, demonstrando que os fabricantes possuem estrutura logística e técnica para atender grandes contratos dentro dos prazos estabelecidos

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

5.2.3. O processo licitatório foi elaborado de forma a garantir uma ampla concorrência e abertura ao mercado. Diversas empresas têm capacidade para atender ao termo de referência, promovendo um ambiente de concorrência justa. Além disso, a licitação está estruturada para permitir a participação de fabricantes de renome, conforme indicados em rankings como o Quadrante Mágico do Gartner, o que assegura que os equipamentos adquiridos serão de alta qualidade. Com isso, é possível garantir que os melhores produtos, em termos de tecnologia e confiabilidade, sejam oferecidos, promovendo uma solução eficiente e robusta para o governo.

5.2.4. Durante a fase de pesquisa de preços, foram recebidas propostas de quatro fabricantes distintos, todos respondendo integralmente aos itens do termo de referência. Isso demonstra que há um interesse considerável no mercado em participar do processo licitatório, além de garantir que os preços obtidos estejam alinhados com as práticas comerciais vigentes. A resposta positiva de todos os fabricantes envolvidos na pesquisa reforça a viabilidade do projeto e a capacidade do mercado em atender aos requisitos técnicos e comerciais solicitados.

5.2.5. Do ponto de vista técnico, a opção pelo lote único é fundamentada em diversas vantagens, especialmente no que tange ao gerenciamento e à compatibilidade dos equipamentos. A padronização dos switches facilita a manutenção, a atualização de software e a resolução de eventuais problemas técnicos, além de garantir maior interoperabilidade entre os dispositivos. A uniformidade do parque tecnológico permite um gerenciamento centralizado e mais eficiente da rede, reduzindo a complexidade operacional. Além disso, a aquisição de um lote único evita problemas de incompatibilidade entre diferentes marcas e modelos de switches, o que poderia comprometer a performance e a segurança da rede.

5.2.6. A avaliação da possibilidade de manter a demanda em um único lote leva em consideração não apenas a viabilidade econômica, mas também os esforços envolvidos em qualquer eventual mudança no formato da licitação. A divisão da demanda em múltiplos lotes poderia, potencialmente, comprometer os benefícios de economia de escala, além de aumentar a complexidade no gerenciamento e na manutenção dos equipamentos adquiridos.

5.3. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.3.1. A presente aquisição não prevê a participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que o objeto licitado não contempla a prestação de serviços/fornecimento de bens de ramos de conhecimentos distintos especializados, sendo os produtos e serviços de um único fabricante, ou seja, uma única revenda detém em seu portfólio condições de atender as demandas previstas nesse Termo de Referência, sem a necessidade de se consorciar com outra empresa para o atendimento do objeto na sua completude. Desse modo, considerando as características do objeto, não será admitida a participação de consórcios.

5.4. SUBCONTRATAÇÃO

5.4.1. Não será admitida a subcontratação neste Termo de Referência.

5.5. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

5.5.1. Critérios de Qualificação Técnica para Habilitação

5.5.1.1. declaração dos produtos a serem fornecidos:

a) Deverá ser obrigatoriamente preenchido o Anexo I-A com os dados indicados do produto ofertado e que atenda as especificações técnicas do Termo de Referência. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal do licitante com carimbo ou identificação da assinatura.

b) Para a comprovação das especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar a documentação oficial do fabricante (*Datasheet* - Descritivo com principais especificações técnicas, *Configuration Guide* - Guia de Configuração e *Quickspecs* - Folha com resumo de especificação), bem como a tabela conforme exemplo abaixo, preenchida, especificando claramente onde encontrar:

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Equipamento SD-WAN categoria 1			
Item do TR	Documento	Página	Seção

c) Caso a documentação apresentada deixe de comprovar o atendimento de um único item da especificação técnica a proposta será desclassificada.

5.5.2. Documentação Técnica

5.5.2.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência em língua portuguesa, contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração á aceito o somatório de atestados para fins de comprovação da experiência exigida no subitem anterior;

5.5.2.2. Deverá ser fornecido junto com o Anexo I-A, planilha contendo informações quanto ao atendimento ponto a ponto de todas as especificações técnicas solicitadas no Termo de Referência, tais como nome do fabricante do equipamento e demais hardware, marca, modelo, quantidade, tipo, velocidade e quantidade de todos os equipamentos e componentes ofertados, bem como os demais acessórios do equipamento e componentes ofertados, informando links ou páginas do catálogo que comprovem o atendimento PRODESP poderá realizar diligência para averiguação da autenticidade dos atestados;

5.5.3. Atestado de capacidade técnica operacional

5.5.3.1. Comprovação da qualificação técnica operacional (experiência anterior), fornecido por cliente do Licitante, pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante no desempenho de atividades pertinentes, compatíveis e de natureza semelhante em características e quantidades com o objeto da licitação, atestando, inclusive, o bom desempenho e cumprimento a contento das obrigações contratuais, para os itens de maior relevância da contratação conforme descritos a seguir:

a) 1,8% (um, oito por cento) do somatório dos Switches tipo 1/2/3/4/5/6/7/8/9/10

5.5.3.2. Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação da experiência exigida no subitem anterior;

5.5.3.3. A PRODESP poderá realizar diligência para averiguação da autenticidade dos atestados;

5.5.3.4. Serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitida a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet.

5.5.4. Declaração e comprovação de revenda autorizada

5.5.4.1. A comprovação da condição de revenda autorizada do fabricante, pelo licitante, deverá ser efetuada mediante a apresentação de documentos hábeis, tais como: contrato, atestado emitido em nome do licitante pelo respectivo fabricante, publicações na imprensa ou documento equivalente;

5.5.4.2. O fabricante fica isento de apresentar a Declaração e Comprovação de Revenda Autorizada, para sua participação nesta licitação;

5.5.4.3. Serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitida a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet;

5.5.5. Declaração de assistência técnica

5.5.5.1. O licitante deverá declarar que disporá de serviço próprio ou terceirizado, de aparelhamento e pessoal técnico adequado e qualificado para a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, durante o período de garantia do equipamento, na forma exigida pelo edital;

Este documento foi assinado digitalmente por Leonardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

5.5.5.2. Caso o serviço de manutenção e assistência técnica não seja prestado pela própria licitante, esta deverá apresentar a relação das empresas autorizadas pelo fabricante do equipamento ofertado que prestem no Estado de São Paulo, de forma oficialmente credenciada, a função de assistência técnica nos equipamentos produzidos pelo respectivo fabricante, possuidoras de laboratório de manutenção e almoxarifado de peças de reposição.

ANEXO I-A
DECLARAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

....., ... de ..... de 2.024

À Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – **PRODESP**

Ref.: Pregão Nº. _____/2024

Declaro(amos), sob as penas da lei, que, o(s) equipamento(s)/produto(s)/modelo(s) ofertado(s) a seguir, para participação nesta licitação, são novos, sem utilização anterior e atende(m) a todas e a cada uma das especificações do **ANEXO I – REL.CPLB.091/2024 v.1.2**; declaro(amos) também que estou(amos) ciente(s) e concordo(amos) que, a falta de veracidade e a inconformidade do(s) bem(ns) ora ofertado(s) neste Anexo I-A com o bem licitado, detalhadamente, especificado no Anexo I, acarretará a aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste Edital/Contrato em especial, multa prevista e suspensão da minha empresa que ficará proibida de participar de licitações/contratações da PRODESP, pelo prazo da lei.

Switch	Fabricante	Modelo	Part Number	ANATEL
Switch Tipo 1 / Transceptores				
Switch Tipo 2 / Transceptores				
Switch Tipo 3/ Transceptores				
Switch Tipo 4 / Transceptores				
Switch Tipo 5 / Transceptores				
Switch Tipo 6 / Transceptores				
Switch Tipo 7 / Transceptores				
Switch Tipo 8 / Transceptores				
Switch Tipo 9 / Transceptores				
Switch Tipo 10 / Transceptores				
Ferramenta de Gerência de LAN				
Expansão Gerência 50 licenças				
Servidor de Autenticação RADIUS				

_____

EMPRESA LICITANTE

_____

CNPJ/MF

_____

NOME, CARIMBO E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

SUELI YOSHIKO KUROIVA SIQUEIRA

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Coordenadora Prodesp LAB

FÁBIO MORETH MARIANO
Gerente Executivo de Negócios, Acordos e Contratos Estratégicos

Taboão da Serra, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente por **Sueli Yoshiko Kuroiva Siqueira**, **Coordenador**, em 30/01/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0054595365** e o código CRC **25E1A944**.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

Prodesp

Governo do Estado de São Paulo
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Coordenadoria Prodesp LAB

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº do Processo: 359.00002551/2024-24

Interessado: Secretaria de Gestão e Governo Digital

Assunto: Aquisição de Equipamentos de Switch

REL.CPLB.091/2024 v1.2 - ANEXO I-B		
Relação de Participantes, Locais de Entrega e Quantitativos		
Switch de Núcleo – Tipo 1 - Região Metropolitana		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	4
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	3
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	18
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	2
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	10
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
481101 - ESP-FUND. AMP. PESQUISA DO EST. DE SAO PAULO	São Paulo/SP	3
500101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO SEC. TUR. VIAGENS	São Paulo/SP	10

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	3
TOTAL		**85**
Switch de Núcleo – Tipo 1 - Interior		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	7
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	3
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
TOTAL		**17**
Switch de Núcleo – Tipo 2 - Região Metropolitana		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	2
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	3
90156 - ESP-HOSP. GERAL DR.JOSE PANGELLA DE VILA PENT	São Paulo/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	2
172101 - ESP-INST.DE MED. SOCIAL E DE CRIMINOL.S.PAULO	São Paulo/SP	2

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	10
180216 - ESP-ADMINISTRACAO DA SUP	São Paulo/SP	2
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	5
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São Paulo/SP	2
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	2
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	3
TOTAL		**62**

Switch de Núcleo – Tipo 2 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	7
92201 - ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS RIBEIRAO PRETO	Ribeirão Preto/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	3
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
TOTAL		**17**

Switch de Núcleo – Tipo 3 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	2
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	30

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90170 - ESP-CTO.AT.INTEG.SAUDE MENTAL-DR.DAVID C.C.FI	São Paulo/SP	1
90179 - ESP-INSTITUTO PASTEUR	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	91
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	25
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
392701 - ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP	São Paulo/SP	2
500101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO SEC. TUR. VIAGENS	São Paulo/SP	10
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	2
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
990035 - ESP-GAB. SEC. DE GOV. E REL. INSTITUCIONAIS	São Paulo/SP	3
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	1
TOTAL		**205**

Switch de Núcleo – Tipo 3 - Interior		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90117 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS XI PRES.PRUDENTE	Presidente Prudente/SP	3

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	1
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	7
92301 - ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE SAO PAULO	São Paulo/SP	3
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	2
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	8
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
990035 - ESP-GAB. SEC. DE GOV. E REL. INSTITUCIONAIS	São Paulo/SP	3
TOTAL		**31**

Switch de Agregação – Tipo 4 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	2
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	22
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90115 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VI BAURU	Bauru/SP	4
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90170 - ESP-CTO.AT.INTEG.SAUDE MENTAL-DR.DAVID C.C.FI	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	7
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	5

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

131101 - ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP	São Paulo/SP	34
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	50
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	2
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	30
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	10
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	14
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	1
TOTAL		**217**

Switch de Agregação – Tipo 4 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90124 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-V BARRETOS	Barretos/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	8
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	Campinas/SP	2
131101 - ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP	São Paulo/SP	3
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	10
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Barueri/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Botucatu/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Caraguatatuba/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Cotia/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Fernandópolis/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Franca/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Guarujá/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itanhaém/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itapetininga/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itatiba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Lins/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Presidente Prudente/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Registro/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
930998 - FUNDAÇAO DE APOIO AO ENSINO,PES.E ASSISTENCIA	Ribeirão Preto/SP	1
TOTAL		**46**

Switch de Agregação – Tipo 5 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	2
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90156 - ESP-HOSP. GERAL DR.JOSE PANGELLA DE VILA PENT	São Paulo/SP	2
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	3
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90182 - ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU	Bauru/SP	10

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	36
102401 - ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP	São Paulo/SP	40
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	15
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	10
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	50
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
410101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO SEC. ESPORTES	São Paulo/SP	4
530102 - ESP-COORDENADORIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA	São Paulo/SP	10
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	10
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	14
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	4
TOTAL		**243**

Switch de Agregação – Tipo 5 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90124 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-V BARRETOS	Barretos/SP	2
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90145 - ESP-CAIS - PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	Botucatu/SP	1
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	8

Este documento foi assinado digitalmente por Luciana Aparecida Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	Campinas/SP	6
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	3
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	10
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	6
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	4
TOTAL		**47**

Switch de Agregação – Tipo 6 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	10
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	10
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90159 - ESP-HOSP. GERAL S.MATEUS, DR.MANOEL BIFULCO	São Paulo/SP	2
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	3
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	28
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	2
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	30
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	São Paulo/SP	5

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
481101 - ESP-FUND. AMP. PESQUISA DO EST. DE SAO PAULO	São Paulo/SP	10
532101 - ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL	São Paulo/SP	8
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São Paulo/SP	2
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	10
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	30
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	4
TOTAL		**186**

Switch de Agregação – Tipo 6 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	1
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	7
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	Campinas/SP	3
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	9
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	3
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

930998 - FUNDAÇAO DE APOIO AO ENSINO,PES.E ASSISTENCIA	Ribeirão Preto/SP	1
TOTAL		**32**
Switch de Acesso – Tipo 7 - Região Metropolitana		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90115 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VI BAURU	Bauru/SP	10
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	3
90159 - ESP-HOSP. GERAL S.MATEUS, DR.MANOEL BIFULCO	São Paulo/SP	10
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90170 - ESP-CTO.AT.INTEG.SAUDE MENTAL-DR.DAVID C.C.FI	São Paulo/SP	4
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Santo André/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	São Paulo/SP	1
90180 - ESP-INSTITUTO DE SAUDE	São Paulo/SP	4
90191 - ESP-DEPTO.REG.GRANDE SAO PAULO - DRS-I G.S.P	São Paulo/SP	30
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102401 - ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP	São Paulo/SP	1010
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	10
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	1000
180183 - ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	São Paulo/SP	100
180274 - ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE GUARULHOS	Guarulhos/SP	5
180357 - ESP-4. DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	São Paulo/SP	28
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	10
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	88
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	65
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	10
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	20
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	4
TOTAL		**2440**
Switch de Acesso – Tipo 7 - Interior		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	2
90124 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-V BARRETOS	Barretos/SP	2
90125 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA	Franca/SP	2
90126 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-XIII RIB.PRETO	Ribeirão Preto/SP	2
90127 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-XV SJRPRETO	São José do Rio Preto/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	8
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	Campinas/SP	50
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	15
180111 - ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARACATUBA	Araçatuba/SP	3
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	130

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

180183 - ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	São Paulo/SP	30
180289 - ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE CASA BRANCA	Casa Branca/SP	5
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	15
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Barueri/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Botucatu/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Caraguatatuba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Cotia/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Fernandópolis/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Franca/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Guarujá/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itanhaém/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itapetininga/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itatiba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Lins/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Presidente Prudente/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Registro/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
380184 - ESP-DEPTO. DE ADM. C.U.P.REG.NOROESTE EST.	Pirajui/SP	5
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	120
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
TOTAL		**412**

Switch de Acesso – Tipo 8 - Região Metropolitana		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	40
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90115 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VI BAURU	Bauru/SP	10
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90145 - ESP-CAIS - PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	Botucatu/SP	3
90159 - ESP-HOSP. GERAL S.MATEUS, DR.MANOEL BIFULCO	São Paulo/SP	10
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90172 - ESP-CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI-CHM	São Paulo/SP	16
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Santo André/SP	2
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	São Paulo/SP	3
90191 - ESP-DEPTO.REG.GRANDE SAO PAULO - DRS-I G.S.P	São Paulo/SP	20
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102401 - ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP	São Paulo/SP	60
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	50
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	200
180216 - ESP-ADMINISTRACAO DA SUP	São Paulo/SP	20
180273 - ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE FRANCO DA ROCHA	Franco da Rocha/SP	20
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	20
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
380181 - ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT2	São Paulo/SP	2
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	19

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://dsp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	4
TOTAL		**532**
Switch de Acesso – Tipo 8 - Interior		
UASG	**Município/UF de Entrega**	**Quantidade**
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	4
90125 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA	Franca/SP	2
90127 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-XV SJRPRETO	São José do Rio Preto/SP	2
90130 - ESP-CTO.ATENCAO INTEGRAL A SAUDE S.RITA	Santa Rita do Passa Quatro/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	6
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Araçatuba/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Bauru/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Campinas/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Marilia/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Presidente Prudente/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Ribeirão Preto/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Rio Claro/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Santos/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Sorocaba/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	São José do Rio Preto/SP	1
90177 - ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	Taubaté/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	10

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90203 - ESP-HOSP.EST.ESPEC.REAB.DR.FRANCISCO R.ARANTE	Itu/SP	1
92201 - ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS RIBEIRAO PRETO	Ribeirão Preto/SP	3
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	Campinas/SP	25
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	2
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	20
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	10
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Barueri/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Botucatu/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Caraguatatuba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Cotia/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Fernandópolis/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Franca/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Guarujá/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itanhaém/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itapetininga/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itatiba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Lins/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Presidente Prudente/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Registro/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
380184 - ESP-DEPTO. DE ADM. C.U.P.REG.NOROESTE EST.	Pirajui/SP	10
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	60

Este documento foi assinado digitalmente por José Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E0E-816F-243E-9372.

533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
930998 - FUNDAÇAO DE APOIO AO ENSINO,PES.E ASSISTENCIA	Ribeirão Preto/SP	3
TOTAL		**190**

Switch de Acesso – Tipo 9 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
80357 - ESP-COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	São Paulo/SP	1
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	240
90110 - ESP-CTO. REFERENCIA E TREINAMENTO-DST/AIDS	São Paulo/SP	6
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90156 - ESP-HOSP. GERAL DR.JOSE PANGELLA DE VILA PENT	São Paulo/SP	8
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	50
102401 - ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP	São Paulo/SP	320
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	20
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	10
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	100
180216 - ESP-ADMINISTRACAO DA SUP	São Paulo/SP	5
180357 - ESP-4. DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	São Paulo/SP	3
252301 - ESP-AG. METROP. VALE PARAIBA E LITORAL NORTE	São José dos Campos/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	5
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	88
380101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.AD.PEN	São Paulo/SP	23
410101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO SEC. ESPORTES	São Paulo/SP	13
530102 - ESP-COORDENADORIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA	São Paulo/SP	60
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São Paulo/SP	2
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	60
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	120
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	20
990164 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.ESP.	São Paulo/SP	5
TOTAL		**1192**

Switch de Acesso – Tipo 9 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
80357 - ESP-COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	São Paulo/SP	1
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	4
90127 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-XV SJRPRETO	São José do Rio Preto/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90132 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-X PIRACICABA	Piracicaba/SP	3
90138 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IV BAIXADA SANTISTA	Santos/SP	5
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	10
92201 - ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS RIBEIRAO PRETO	Ribeirão Preto/SP	3
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	15
180111 - ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARACATUBA	Araçatuba/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	30
252101 - ESP-AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Barueri/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Botucatu/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Caraguatatuba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Cotia/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Fernandópolis/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Franca/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Guarujá/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itanhaém/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itapetininga/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itatiba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Lins/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Presidente Prudente/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Registro/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
380107 - ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ.DR.A.A.FERREIRA	Taubaté/SP	2

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

380247 - ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT3	São Paulo/SP	9
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	66
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	Araraquara/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	Franca/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	Marilia/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	Santos/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	Sorocaba/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São José do Rio Preto/SP	1
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São José dos Campos/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	80
930998 - FUNDAÇAO DE APOIO AO ENSINO,PES.E ASSISTENCIA	Ribeirão Preto/SP	3
TOTAL		**262**

Switch de Acesso – Tipo 10 - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	50
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	140
90110 - ESP-CTO. REFERENCIA E TREINAMENTO-DST/AIDS	São Paulo/SP	24
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	5
90156 - ESP-HOSP. GERAL DR.JOSE PANGELLA DE VILA PENT	São Paulo/SP	7
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	30
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90173 - ESP-CTO.ATENCAO INTEGRADA SAUDE MENTAL-P.PINE	São Paulo/SP	17

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90179 - ESP-INSTITUTO PASTEUR	São Paulo/SP	5
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
92301 - ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE SAO PAULO	São Paulo/SP	50
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	371
102401 - ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP	São Paulo/SP	320
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	30
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	50
172101 - ESP-INST.DE MED. SOCIAL E DE CRIMINOL.S.PAULO	São Paulo/SP	9
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	100
252201 - ESP-AG. METROPOLITANA DE CAMPINAS	Campinas/SP	1
253101 - ESP-CIA.DESENV. HABITACIONAL E URBANA SP-CDHU	São Paulo/SP	10
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	5
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Guarulhos/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Mogi das Cruzes/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Osasco/SP	2
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Bernardo do Campo/SP	2
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	44
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
380101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.AD.PEN	São Paulo/SP	23
380247 - ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT3	São Paulo/SP	20
392701 - ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP	São Paulo/SP	15
410101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO SEC. ESPORTES	São Paulo/SP	7

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

481101 - ESP-FUND. AMP. PESQUISA DO EST. DE SAO PAULO	São Paulo/SP	45
532101 - ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL	São Paulo/SP	40
532302 - ESP-SPPREV - ADMINISTRACAO	São Paulo/SP	25
532401 - ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	São Paulo/SP	100
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	5
990035 - ESP-GAB. SEC. DE GOV. E REL. INSTITUCIONAIS	São Paulo/SP	12
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	20
990164 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.ESP.	São Paulo/SP	5
TOTAL		**1618**

Switch de Acesso – Tipo 10 - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	4
90126 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-XIII RIB.PRETO	Ribeirão Preto/SP	1
90127 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-XV SJRPRETO	São José do Rio Preto/SP	2
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	2
90132 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-X PIRACICABA	Piracicaba/SP	2
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	1
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	3
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	10
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	2
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	15

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Araraquara/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Araçatuba/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Botucatu/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Campinas/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Cubatão/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Franca/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Itapetininga/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Jundiai/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Limeira/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Marilia/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Paulínia/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Piracicaba/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Ribeirão Preto/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Santos/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Sorocaba/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Carlos/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São José do Rio Preto/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São João da Boa Vista/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Sebastião/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	Taubaté/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Barueri/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Botucatu/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Caraguatatuba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Cotia/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816E-243E-9372.

263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Fernandópolis/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Franca/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Guarujá/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itanhaém/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itapetininga/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Itatiba/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Lins/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Presidente Prudente/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Registro/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	Santos/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São José dos Campos/SP	1
380107 - ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ.DR.A.A.FERREIRA	Taubaté/SP	1
380183 - ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT1	Campinas/SP	11
380184 - ESP-DEPTO. DE ADM. C.U.P.REG.NOROESTE EST.	Pirajui/SP	1
450161 - ESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Campinas/SP	33
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
990035 - ESP-GAB. SEC. DE GOV. E REL. INSTITUCIONAIS	São Paulo/SP	18
TOTAL		**144**

Ferramenta de Gerência LAN - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	2
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	1
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	3

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	1
90156 - ESP-HOSP. GERAL DR.JOSE PANGELLA DE VILA PENT	São Paulo/SP	1
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	2
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90179 - ESP-INSTITUTO PASTEUR	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	21
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	30
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	1
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	2
172101 - ESP-INST.DE MED. SOCIAL E DE CRIMINOL.S.PAULO	São Paulo/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	100
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	1
392701 - ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP	São Paulo/SP	1
481101 - ESP-FUND. AMP. PESQUISA DO EST. DE SAO PAULO	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	6
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	1
TOTAL		**184**

Ferramenta de Gerência LAN - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E0E-816F-243E-9372.

90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	1
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	1
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	5
90203 - ESP-HOSP.EST.ESPEC.REAB.DR.FRANCISCO R.ARANTE	Itu/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	15
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	3
TOTAL		**31**

Expansão Gerência 50 licenças

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	3
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	2
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	1
90154 - ESP-HOSP. GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	São Paulo/SP	1
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	1
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	1
90203 - ESP-HOSP.EST.ESPEC.REAB.DR.FRANCISCO R.ARANTE	Itu/SP	1
102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	13
121101 - ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	São Paulo/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	28
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
990133 - ESP-CGA JUSTICA E CIDADANIA	São Paulo/SP	1
TOTAL		**61**

Servidor de Autenticação RADIUS - Região Metropolitana

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
81101 - ESP-FDE-FUND P/ DESENV. DA EDUCACAO	São Paulo/SP	1
90102 - ESP-COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	São Paulo/SP	1
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	1
90167 - ESP-HOSP. REG. DR.VIVALDO M.SIMOES, OSASCO	Osasco/SP	1
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	1
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	5

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

102167 - ESP-SUPERINTENDÊNCIA TEC. DA INFORMAÇÃO-USP	São Paulo/SP	4
130222 - ESP-COORD. DE TECNOL. DA INFORMACAO	São Paulo/SP	1
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	3
180216 - ESP-ADMINISTRACAO DA SUP	São Paulo/SP	1
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1
263101 - ESP-CETESB-CIA. AMBIENTAL DO EST DE S.PAULO	São Paulo/SP	1
263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	1
392701 - ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP	São Paulo/SP	1
481101 - ESP-FUND. AMP. PESQUISA DO EST. DE SAO PAULO	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	1
990133 - ESP-CGA JUSTİCA E CİDADANİA	São Paulo/SP	1
TOTAL		**28**

Servidor de Autenticação RADIUS - Interior

UASG	Município/UF de Entrega	Quantidade
90112 - ESP-GABINETE DO COORDENADOR SEC. SAUDE 1	São Paulo/SP	1
90116 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-IX MARILIA	Marilia/SP	1
90131 - ESP-DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VII CAMPINAS	Campinas/SP	3
90169 - ESP-HOSP. INFANTIL CANDIDO FONTOURA	São Paulo/SP	4
90193 - ESP-GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	São Paulo/SP	58
180134 - ESP-DEPTO.INTELIGENCIA DA POLICIA CIVIL-DIPOL	São Paulo/SP	10
262201 - ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	São Paulo/SP	1

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://ucp.assinaoe.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-0372.

263281 - ESP-CIA.SANEAMENTO BASICO EST.SP.- UGFTES	São Paulo/SP	1
390105 - ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	São Paulo/SP	1
533201 - ESP-CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS ESTADO SP	Taboão da Serra/SP	5
TOTAL		**85**
TOTAL GERAL		**8367**

VAGNER ALENCAR DE ORNELAS
Analista de Negócios e TI

SUELI YOSHIKO KUROIVA SIQUEIRA
Coordenadora Prodesp LAB

Documento assinado eletronicamente por **Sueli Yoshiko Kuroiva Siqueira**, **Coordenador**, em 08/01/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0047588840** e o código CRC **38552681**.

Este documento foi assinado digitalmente por João Eduardo Ferreira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código 3E8E-816F-243E-9372.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma USP - Universidade de São Paulo. Para verificar as assinaturas clique no link: https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/3E8E-816F-243E-9372 ou vá até o site https://usp.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/ e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3E8E-816F-243E-9372

Hash do Documento

5D234496DC265EF326BC05EF0D0C380CC828316C31AFDB81313C46F71A3C0EC0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/09/2025 é(são) :

- João Eduardo Ferreira - 041.577.558-20 em 26/09/2025 12:24 UTC-03:00
  Nome no certificado: Joao Eduardo Ferreira
  Tipo: Certificado Digital